



CONGRESSO DEIXA ACESA A CHAMA DE UMA JUSTIÇA JUSTA



PRESIDENTE
**JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS**

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
**Juíza Rosimere das Graças
do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza Roberta Rocha Fonseca

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz Jair Francisco dos Santos

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
**Juiz Lourenço Migliorini
Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
**Desembargador Maurício
Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
**Desembargadora Heloísa
Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
**Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz Evandro Cangussu Melo

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza Daniela Cunha Pereira

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo
Mtb - MG: 11008

EDITOR
Adriano Boaventura
Mtb - MG: 9181

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff
Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela
Mtb - MG: 14634
Izabela Machado
Mtb - MG: 11210
João Rosa
Mtb - MG 018611

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Imprimaset

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Maturidade impulsiona o 3º Congresso

LUIZ CARLOS REZENDE
E SANTOS *

O aperfeiçoamento é uma atividade permanente em nossas vidas e carreira e alcança sua plenitude na maturidade da Classe, exibida no Congresso da Magistratura Mineira 2024. Trata-se de oportunidade que nos transforma, ao permitir uma escuta e visão das quais não imaginávamos tão possíveis. O aprimoramento nos deixa melhores sob a convicção de que a mudança é feita por nós mesmos.

Como seres pensantes e de ação, buscamos o conhecimento e fazemos dele instrumento de melhorias que vão impactar o jurisdicionado e a sociedade.

A imagem da Magistratura é a esperança do equilíbrio, o verdadeiro fiel da balança que não deve experimentar qualquer influência externa para suas decisões. No protagonismo dos 69 anos de nossa Amagis, assim caminha a Magistratura.

**“O APRIMORAMENTO
NOS DEIXA
MELHORES SOB
A CONVICÇÃO DE
QUE A MUDANÇA
É FEITA POR NÓS
MESMOS EM FAVOR
DE NOSSAS VIDAS,
CARREIRA E DA
SOCIEDADE”**

Não foi um aperfeiçoamento apenas jurídico. Envolveu as artes, a literatura, a legislação e o dinamismo do direito e da própria realidade. Tudo isso amplia e consolida um ideal de justiça no qual o respeito à independência de magistrados e magistradas permanece inegociável.

Refletimos por “mares nunca dantes navegados”, conhecimentos nunca antes visitados e aportamos no Brasil de grandes valores, da gastronomia, das artes, de um fantástico Clube da Esquina, sem descuidar da saúde física e mental, da proteção ambiental e de mudanças que impactam a modernidade. Depois do congresso, não somos os mesmos, mas somos mais juntos. Sabemos mais um do outro e de nossa missão.

(*) Presidente da Amagis



FOTO DA CAPA: EDUARDO ROCHA

4

CAPA

COM 450

PARTICIPANTES,

CONGRESSO REFLETE

SOBRE IDEAL DE

JUSTIÇA

ÍNDICE



CLIQUE NA NOTÍCIA PARA ABRIR A PÁGINA DESEJADA

8
CONGRESSO DA MAGISTRATURA
MINISTRO AFRÂNIO VILELA FAZ REFLEXÃO HUMANISTA SOBRE A MAGISTRATURA

13
CONGRESSO DA MAGISTRATURA
CARTEIRA DA AMAGIS É LANÇADA DURANTE O CONGRESSO DA MAGISTRATURA

20
CONGRESSO DA MAGISTRATURA
30ª MAGISCULTURA É LANÇADA COM SABOR E TEMPERO MINEIROS

24
CONGRESSO DA MAGISTRATURA
PAINEL DOS 150 ANOS É OBRA COLETIVA DA MAGISTRATURA MINEIRA

14
CONGRESSO DA MAGISTRATURA
PROTEÇÃO AMBIENTAL E CRISE CLIMÁTICA SÃO DEBATIDAS NO CONGRESSO

35
DEFESA DA MAGISTRATURA
COM NOTA TÉCNICA, AMAGIS SOLICITA CORREÇÃO DE CÁLCULO DO CRÉDITO DA VERBA DE EQUIVALÊNCIA

38
EMAJS
EMAJS E EJEF FIRMAM PARCERIA PELO APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

40
ASSOCIATIVISMO
APOSENTADOS SÃO REVERENCIADOS PELA AMAGIS POR DEDICAÇÃO À JUSTIÇA

30
DEFESA DA MAGISTRATURA
DIRETORIA VAI A 21 COMARCAS PELA VALORIZAÇÃO DA CLASSE NO INTERIOR

44
ESPORTES
EXCELÊNCIA ESPORTIVA E COMPANHEIRISMO SINTETIZAM 5º TORNEIO DE TÊNIS

54
SAÚDE
DIAGNÓSTICO PRECOZE PODE EVITAR A PERDA DA VISÃO POR GLAUCOMA

37
DEFESA DA MAGISTRATURA
PRIMEIRA DESEMBARGADORA DE LISTA FEMININA EXCLUSIVA TOMA POSSE NO TJ

55
SAÚDE
AMOR À VIDA REFORÇA PREVENÇÃO E BEM-ESTAR COM MEDICINA INTEGRATIVA

ACESSE O QR CODE E LEIA O CONTEÚDO COMPLETO



COM 450 PARTICIPANTES REFLETE SOBRE

CONGRESSO DA MAGISTRATURA

“Este congresso quer deixar esta chama de justiça justa acesa em nosso meio”. afirmou o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, na abertura do Congresso da Magistratura Mineira 2024, realizado dos dias 19 a 21 de setembro, na Associação Médica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, do qual participaram 450 magistrados e magistradas de todas as regiões do Estado.

Ao citar o julgamento do canageiro Zé Bebelo pelo bando de Joca Ramiro, personagens de “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, o presidente Luiz Carlos não só propôs uma reflexão aos presentes sobre o ideal de justiça, como observou que juízes e juízas não podem ter medo. Para isso, no entanto, ele afirmou que é inegociável o respeito à independência de magistrados e magistradas, e que cabe ao Estado oferecer condições mínimas para uma atuação segura e tranquila.

É, pois, nesse contexto de valorização da Magistratura mineira, seja pela união e demonstração de força dada pela Classe, seja pela programação que visou o aperfeiçoamento do Judiciário por meio de uma programação abrangente, com temas específicos do Direito e gerais, como as artes, que o Congresso foi realizado na teoria e na prática.

Assim, durante três dias, os congressistas debateram o papel do Poder Judiciário nas transformações da sociedade contemporânea, discutindo temas como a inteligência artificial e inovações tecnológicas, meio ambiente e sustentabilidade, Direitos Humanos e Criminologia. A literatura também

foi objeto das discussões, tanto nas reflexões sobre Camões, quanto na ‘jurisvivência’ sob a ótica da escritora Conceição Evaristo, e no lançamento da 30ª edição da Revista MagisCultura Mineira.

HISTÓRIA

A história da Amagis em seus 69 anos, que serão completados no dia 21 de outubro, também foi celebrada pelo presidente Luiz Carlos. De acordo com ele, desde já, é preciso homenagear todos que ajudaram a erguer e a solidificar a Associação. “Peço licença para festejar essas pessoas no honrado nome do ex-presidente da Amagis e do TJMG, desembargador Nelson

Missias de Moraes, que, tanto na esfera associativa, quanto em nosso Tribunal, atravessou diversas crises, mas, sob sua batuta, entregou as instituições em excelentes condições para a continuidade de suas missões”, exaltou.

O presidente da Amagis estendeu os agradecimentos a todos os presidentes do Tribunal, que também são presidentes de honra da Amagis, e o fez, de forma especial, em nome do atual presidente do TJMG, desembargador Corrêa Junior, além de reverenciar os ministros do STJ que participaram do Congresso.

Ao finalizar seu discurso, o presidente recorreu novamente a Guima-

FOTO: EDUARDO ROCHA



Representantes dos três poderes participaram da abertura

PANTES, CONGRESSO IDEAL DE JUSTIÇA



ra do Congresso, na Associação Médica de Minas Gerais

vel, com temas contemporâneos e imprescindíveis para o aperfeiçoamento da Magistratura. “Parablenizo a Amagis pelo Congresso e o faço na pessoa do presidente Luiz Carlos”, declarou.

ASSOCIAÇÕES

Ao saudar os congressistas, o presidente da AMB, juiz Frederico

“ESTE CONGRESSO
QUER DEIXAR
ESTA CHAMA DE
JUSTIÇA JUSTA
ACESA EM NOSSO
MEIO”

**Juiz Luiz Carlos
Rezende e Santos**
Presidente da Amagis

rães Rosa para refletir sobre a proximidade do fim de seu mandato à frente da Amagis. “Hoje, temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas somos mais juntos. Sabemos mais um do outro. E é por esse motivo que dizer adeus se torna tão complicado. Digamos, então, que nada se perderá. Pelo menos, dentro da gente”, afirmou.

CUMPRIMENTO

Em seus cumprimentos, o presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, falou sobre a honra de participar do Congresso, agora na condição de presidente do Tribunal, e destacou a importância da parceria com a Ama-

gis, que beneficia a Magistratura e favorece a prestação jurisdicional.

O presidente reiterou a compreensão de que o novo Poder Judiciário deve apresentar uma feição leve, no momento de acolher o jurisdicionado, de proferir uma decisão, adotando uma linguagem compreensível e atenta àqueles que procuram a Justiça de forma humanizada. “O Poder Judiciário do nosso tempo não é estanque, dialoga com a sociedade organizada e é capaz de ouvir as vozes plurais da sociedade”, assegurou.

Nesse sentido, Corrêa Junior observou que a Amagis preparou uma programação de altíssimo ní-

Mendes Júnior, que participou do Congresso da Magistratura Mineira em Ouro Preto, ressaltou que a Amagis, liderada pelo presidente Luiz Carlos, conseguiu repetir o sucesso da edição anterior, reunindo a Magistratura mineira para debater questões pertinentes à Classe.

Frederico Mendes observou que a Magistratura tem avançado do ponto de vista remuneratório e institucional, bem como nas relações institucionais. Nesse campo, o presidente da AMB destacou a atuação do presidente Luiz Carlos, do diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), desembargador Nelson Missias de Moraes, e do procurador-geral de Justiça de Minas Gerais,

Jarbas Soares Júnior, na interlocução com o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco.

Ainda no que se refere ao trabalho institucional, Frederico Mendes falou sobre a importância do projeto de escuta ativa da AMB que, nos últimos meses, promoveu reuniões em oito estados do Brasil com a presidência do STF, CNJ e do STJ, a fim de, não só levar informações a juizes e juizas, mas, principalmente, possibilitar que eles sejam ouvidos.

Além do presidente da AMB, participaram da abertura do Congresso representantes de Associações estaduais de magistrados, como Eunice Haddad (Amaerj), Carlos Martins (Amagis/DF), Marcel Ferreira dos Santos (Amapar), Thiago Elias Massad (Apamagis), Eldsamir da Silva Mascarenhas (Amab), Marcelo Lima de Oliveira (AMARR) e Glícia Mônica Dornela Alves Ribeiro (Amages).

REPERCUSSÃO

Presente ao evento, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, observou que a presença do Legislativo mineiro no encontro expressa a boa interlocução entre as instituições. “Reforço que a independência entre os poderes institucionais é fundamental, mas também a boa relação: a harmonia é necessária. E é isso que

“REFORÇO QUE A INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES INSTITUCIONAIS É FUNDAMENTAL, MAS TAMBÉM A BOA RELAÇÃO: A HARMONIA É NECESSÁRIA. E É ISSO QUE NÓS PRESERVAMOS AQUI EM MINAS GERAIS, ESPECIALMENTE COM A AMAGIS”

Deputado Tadeu Leite
Presidente da ALMG

nós preservamos aqui em Minas Gerais, especialmente com a Amagis. Um Judiciário forte, uma democracia forte: é isso que todos nós defendemos”, defendeu o parlamentar.

Para o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa, o

Congresso é, ao mesmo tempo, uma oportunidade de magistrados e magistradas se reunirem, como de reforçar a sinergia entre a Magistratura mineira e as instituições de Justiça. “É sempre importante estarmos aqui dialogando, vendo os pontos de convergência numa colaboração capaz de trazer segurança jurídica nas políticas públicas. Este Congresso é o coroamento dessa forma de trabalhar pelo diálogo, pela paz aqui em Minas Gerais”, reconheceu.

O ministro aposentado do STF Carlos Mário da Silva Velloso afirmou que a Magistratura mineira sempre foi muito respeitada no Brasil inteiro, seja no antigo Tribunal de Recursos, seja no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal. “Sempre quando se quis falar a respeito de um tribunal que realmente é respeitável, sempre que se quis falar de juizes que se projetam pelo saber, pelo comportamento, pelo modo de agir, sempre se refere a Minas Gerais. Porque os mineiros, os magistrados seguem essa regra, falam pouco, mas falam quando é preciso. Estas montanhas falam para o Brasil”, disse.

No Congresso, Carlos Mário Velloso e os ministros do STJ Sebastião Reis Júnior e João Otávio de Noronha receberam o título de associado honorário da Amagis pela relevante atuação dos magistrados

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Ministros Otávio de Noronha, Sebastião Reis e Carlos Velloso recebem o título de associado honorário da Amagis



Rosimere do Couto, Afrânio Vilela, Corrêa Junior, Luiz Carlos, Otávio de Noronha, Sebastião Reis e Edilene Lôbo

em prol do Judiciário e da sociedade. Ao final da abertura do Congresso, Lô Borges subiu ao palco para apresentar sucessos do Clube da Esquina. Na sequência, magistrados, magistradas e convidados puderam confraternizar em um coquetel com o show da cantora Aline Calixto.

ENCERRAMENTO

No encerramento do Congres-

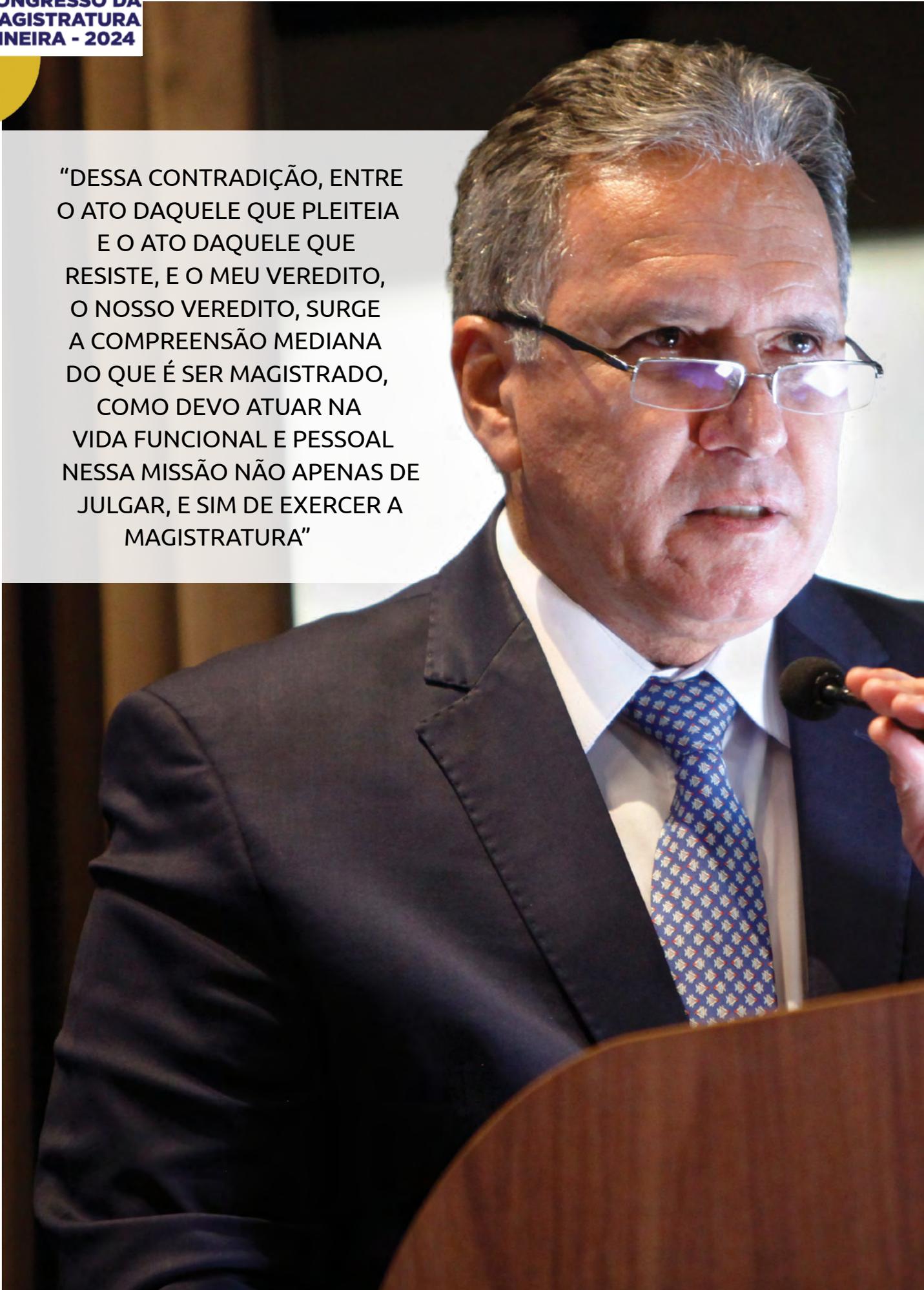
so, a vice-presidente da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, agradeceu a presença de todos e o empenho dos envolvidos na realização do evento. “Durante três dias, autoridades e juristas de Minas e de outros estados do País trouxeram temas de grande relevância para o Judiciário e a sociedade, como saúde mental e inteligência artificial. O congresso foi um sucesso para todos nós”, avaliou.

O presidente Luiz Carlos agradeceu o apoio de todos os ministros para a realização do evento, além da juíza Rosimere do Couto e do presidente do TJMG, desembargador Corrêa Junior, parceiro na realização do Congresso. “Gratidão é palavra que remete apenas a guardar o sentimento. Sentimento de gratidão não se paga, se guarda, e guardamos muita gratidão ao senhor, presidente do Tribunal, e aos demais aqui presentes”, disse.



Abertura do congresso contou com o show de Lô Borges

“DESSA CONTRADIÇÃO, ENTRE O ATO DAQUELE QUE PLEITEIA E O ATO DAQUELE QUE RESISTE, E O MEU VEREDITO, O NOSSO VEREDITO, SURGE A COMPREENSÃO MEDIANA DO QUE É SER MAGISTRADO, COMO DEVO ATUAR NA VIDA FUNCIONAL E PESSOAL NESSA MISSÃO NÃO APENAS DE JULGAR, E SIM DE EXERCER A MAGISTRATURA”



MINISTRO AFRÂNIO VILELA FAZ REFLEXÃO HUMANISTA SOBRE A MAGISTRATURA

CONGRESSO DA MAGISTRATURA. A Conferência Magna de abertura do Congresso da Magistratura Mineira 2024, no dia 19 de setembro, foi proferida pelo ministro do STJ Afrânio Vilela, que suscitou nos presentes uma reflexão humanista sobre a Magistratura e o seu papel na sociedade.

Após uma breve contextualização histórica, Afrânio Vilela falou sobre a Constituição de 1988, que consolidou a reabertura democrática no País, que, notadamente, influenciou na definição dos direitos sociais e fundamentais presentes na Carta.

Entre esses direitos, Afrânio Vilela citou a liberdade de expressão,

de ir e vir, de trabalho, a igualdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento e a justiça, como alguns dos valores supremos da sociedade brasileira. “Tudo muito bem fundamentado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais, na livre iniciativa e no pluralismo econômico”, disse o ministro.

Afrânio Vilela ponderou que a Constituinte estabeleceu a soberania do Poder Judiciário ao consagrar que a ninguém seria dado fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de uma lei. E, principalmente, ao eleger um pedestal para a Justiça, segundo o qual nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser subtraída da apreciação de um juiz.

Assim, de acordo com o ministro, pesa sobre os ombros de magistrados e magistradas a incompreendida missão de julgar, por meio da busca da verdade real para efetivarem a Justiça. “É dessa difícil busca que advém a reflexão sobre a nossa existência dentro desse contexto, sobre o que fazemos, por que fazemos, como fazemos e haveremos de ser juízes completos, como de nós esperam aqueles que clamam perante nós por um direito”, provocou.

Feita essa observação, Afrânio Vilela afirmou que não é fácil exercer a função de juiz, pois cada processo representa um bem da vida de um semelhante, que o busca confiante na Justiça que magistrados e magistradas encarnam. “Dessa contradição, entre o ato daquele



Ministro Afrânio Vilela enalteceu o trabalho da Magistratura mineira

que resiste, e o meu veredito, o nosso veredito, surge a compreensão mediana do que é ser magistrado, como devo atuar na vida funcional e pessoal nessa missão não apenas de julgar, e sim de exercer a Magistratura”, problematizou.

Assim, o ministro ressaltou a importância de ver e escutar os clamores das partes com os olhos e ouvidos da lei, cientes de que se a jurisdição se esgota com a sentença que apreciou o fato, bastando ser equidistante e isenta à luz da norma, o mister de juízes e juízas é mais profundo. “A Magistratura exige estado de consciência de realização da justiça na medida certa, a tempo e a modo, e que componha um dilema e recomponha o tecido social vitimado. Magistratura só existe quando acoplada à humanidade!”, afirmou.

MAGISTRATURA MINEIRA

Em sua fala, o ministro Afrânio Vilela manifestou seu reconhecimento à Magistratura mineira, hoje, segundo ele, muito mais acentuado. “O juiz e a juíza mineiros são probos, trabalhadores e técnicos ao julgar, aliando conhecimento e celeridade, a bem da sociedade”, disse o magistrado em referência à produtivi-

dade do Judiciário brasileiro.

De acordo com o ministro, o Judiciário brasileiro tem 90 milhões de processos em curso, distribuídos para pouco mais de 18 mil magistrados em um País com cerca de 250 milhões de habitantes, e Minas Gerais segue essa proporção. “O Judiciário brasileiro é o que mais trabalha!”, garantiu.

Diante desse contexto, Afrânio Vilela destacou que a diversidade de conhecimento exigida dos magistrados supera qualquer outra atividade, uma vez que são chamados a decidir os mais variados assuntos, aliando conhecimento e celeridade, a bem da sociedade.

“A MAGISTRATURA EXIGE ESTADO DE CONSCIÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NA MEDIDA CERTA, A TEMPO E A MODO, E QUE COMPONHA UM DILEMA E RECOMPONHA O TECIDO SOCIAL VITIMADO. MAGISTRATURA SÓ EXISTE QUANDO ACOPLADA À HUMANIDADE!”

“E as juízas e juízes mineiros estão dentro dessas assertivas. Minas Gerais, testemunho isso com mais profundidade hoje, no STJ, efetivamente congrega todas as regiões do Brasil”, disse o ministro, complementando: “Por isso, a cada dia tenho maior admiração por nossos magistrados e magistradas, porque ajudam a construir os pilares firmes da sociedade”.

RECONHECIMENTO

Afrânio Vilela estendeu os reconhecimentos ao pre-



Magistrados e magistradas de todo o Estado acompanharam a palestra do ministro

sidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, pela forma como tem conduzido a Associação. “Muito obrigado, querido presidente e amigo Luiz Carlos pela leveza com a qual você cuida de todos nós, quer no âmbito do lazer, de nossas prerrogativas e de nossa saúde. Um exemplo para o Judiciário brasileiro”, destacou.

Afrânio Vilela chamou a atenção para a importância da convivência pacífica e harmônica entre as instituições e ressaltou que, ao ler a grade de palestras e de expositores do evento, sentiu o quão relevante é a união entre os presidentes do Tribunal de Justiça e da Amagis, que, segundo ele, é o porto seguro dos magistrados mineiros. “Parabéns à Amagis, presidente Luiz Carlos, e ao Tribunal de Justiça, presidente Corrêa Junior, pela parceria entre nossas duas Casas, faces da mesma moeda”, disse.

O ministro também destacou sua alegria não só de proferir a conferência de abertura do Congresso, mas de ter a satisfação de poder conversar com amigos, alguns que não via há muito tempo, recordando

seus tempos no Judiciário mineiro, conversando sobre conciliar, julgar e pacificar.

Ele também agradeceu a oportunidade, proporcionada a todos, de poder conversar e edificar ideais em torno do objetivo da Magistratura, de promover a paz social, bem como o que é preciso fazer para atender às necessidades de uma Justiça evoluída, com procedimentos tecnológicos que não substituam o ser humano, mas apenas repliquem as decisões judiciais aos casos idênticos.



Alberto Diniz e Maurício Soares, ex-presidentes da Amagis, na palestra

Reuniões temáticas unificam e fortalecem demandas da Classe

CONGRESSO DA MAGISTRATURA. A Diretoria da Amagis aproveitou a presença de magistrados e magistradas de todas as regiões de Minas Gerais para, no dia 19 de setembro, antes da abertura do Congresso da Magistratura Mineira 2024, realizar reuniões temáticas, a fim de alinhar estratégias, unificar e fortalecer os pleitos da Classe.

Na reunião de diretores(as) de seccionais e delegados(as) de prerrogativas, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, destacou o trabalho contínuo da Associação na proteção dos direitos e valorização das magistradas e magistrados mineiros.

O presidente também fez um balanço das ações da Amagis em defesa da Classe perante o CNJ, Congresso Nacional, ALMG e entidades representativas da Magistratura em todo o País. “A Amagis tem se empenhado diariamente para garantir a valorização da Magistratura e a defesa de suas prerrogativas, sempre buscando a união entre os magistrados e magistradas”, afirmou o presidente, ressaltando a importância da coesão para enfrentar os desafios da carreira.

Integrantes da Coordenadoria Amagis Mulheres e a vice-presidente da Amagis e da AMB, juíza Rosimere das Graças do Couto, reuniram-se com magistradas e ressaltaram a importância da sessão inédita do Órgão Especial do TJMG, que, no dia 18 de setembro, votou, pela primeira vez, uma lista composta exclusivamente por magistradas para o provimento do cargo de desembargadora do Tribunal.

As magistradas conversaram sobre o trabalho dos cinco grupos temáticos da Coordenadoria, que tratam de temas como assédio, maternidade, saúde da mulher e participação feminina no Judiciário. A diretora de Comunicação da Associação e integrante da Amagis Mulheres, juíza Daniela Cunha Pereira, falou sobre a importância da participação de todas nas ações desenvolvidas pelo grupo.

Magistrados aposentados e aposentadas e pensionistas também se reuniram durante o Congresso. Os debates foram conduzidos pela vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, que abordou a relevância da isonomia entre os magistrados ativos e aposentados.

FOTO: EDUARDO ROCHA



Diretores de prerrogativas reunidos no Congresso

FOTO: JOÃO ROSA



Grupos temáticos são pauta na reunião da Amagis Mulheres

FOTO: EDUARDO ROCHA



Aposentados discutiram a isonomia da Classe

Carteira da Amagis é lançada durante o Congresso da Magistratura

CONGRESSO DA MAGISTRATURA.

Durante o Congresso da Magistratura Mineira 2024, realizado dos dias 19 a 21 de setembro, magistrados e magistradas puderam fazer a carteira da Amagis, lançada durante o evento. O objetivo é reforçar a praticidade e organização no atendimento aos associados e associadas.

Para o desembargador José Nicolau Masselli, que solicitou a emissão do documento durante o Congresso, a carteira da Amagis, além de caracterizar quem é associado, reforça a relação de pertencimento de juízes e juízas com a Associação. Na avaliação dele, além de boa estética, o documento reúne os dados necessários para identificação de magistrados e magistradas.

O juiz José Martinho Nunes Coelho também aproveitou o Congresso para fazer a carteira da Amagis. Para o magistrado, o documento permite ao associado identificar-se de forma imediata e sem burocracia. Ele observou que o cartão da Amagis Saúde, apesar de importante para o atendimento médico, por exemplo, não traz informações como a foto do magistrado.

Além da iniciativa da Amagis de emitir a carteira institucional, José Martinho também destacou a importância da realização do Congresso. Para o juiz, a atividade é tão importante para o conagraçamento da Magistratura e a unidade da Classe, quanto para que associados e associadas possam aprimorar seu conhecimento em relação aos temas mais atuais no campo do Direito.

Nicolau Masselli considerou o Congresso muito positivo, com debates pertinentes para a Magistratura e a sociedade. Entre palestras e mesas temáticas, o desembargador

destacou as discussões sobre o meio ambiente, que problematizaram o enfrentamento a ações clandestinas, reparação ambiental, mudanças climáticas e conflitos socioambientais.

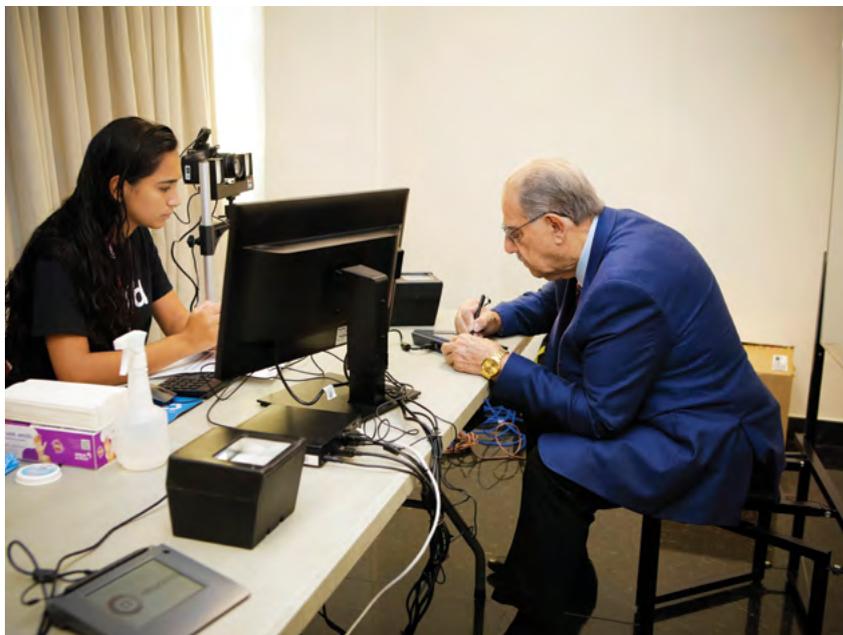
Os magistrados e magistradas que não fizeram a carteira durante

o Congresso podem solicitar o documento enviando um e-mail para imprensa@amagis.com.br, informando os seguintes dados: nome completo, data de nascimento, CPF, RG e foto 3 x 4. A emissão não tem nenhum custo e é um benefício exclusivo para associados à Amagis.

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Corrêa Junior, ao lado de Luiz Carlos, com a carteira da Amagis



Nicolau Masselli assina a carteira digitalmente

PROTEÇÃO AMBIEN SÃO DEBATIDA

FOTO: EDUARDO ROCHA



Corrêa Junior, presidente do TJMG, coordenou a mesa com os palestrantes Sérgio Pessoa e Jarbas Soares

CONGRESSO MAGISTRATURA. O Congresso da Magistratura Mineira 2024 também foi marcado pelo debate de temas relevantes na atualidade, como a crise climática que afeta todo o País. Assim, no segundo dia do encontro, 20 de setembro, foram realizadas as mesas temáticas sobre “A proteção ambiental do Estado”, pela manhã, e “As mudanças climáticas e a importância da regulação pública”, na parte da tarde.

Na abertura da primeira mesa, o presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, que no início de sua trajetória profissional foi promotor de Justiça, observou que, a partir da Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou protagonismo em inúmeras áreas, em especial no meio ambiente.

“Isso se deveu (o protagonismo no meio ambiente), na minha visão, pela chegada à carreira de jovens promotores e promotoras, curiosas, bem-preparados, inteligentes e bem-intencionados. Foram esses jovens e essas jovens, que chegaram à carreira naquela época, que passaram a defender o meio ambiente, em especial a partir da década de 90”, avaliou Corrêa Junior.

De acordo com o presidente do Tribunal, se não fossem esses jovens, entre os quais estava o hoje procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soa-

res Júnior, palestrante do Congresso, a crise climática vivida no Brasil hoje poderia ser muito pior.

Ao apresentar o outro palestrante da manhã, o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa, o presidente Corrêa Junior destacou a importância da parceria com a Advocacia-Geral para que sejam solucionadas as demandas ambientais em Minas.

“Na pessoa do Sérgio, e dos demais procuradores, vemos que o Estado de Minas Gerais tem atuado de forma muito presente para solucionar essas demandas. Isso é muito importante, porque além da desjudicialização, nós estamos solucionando questões ambientais”, afirmou o presidente do TJMG.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Ao abordar “Os desafios do enfrentamento das ações clandestinas de destruição do meio ambiente e suas consequências”, o procurador-geral Jarbas Soares falou sobre os avanços das ações voltadas à proteção e preservação ambientais, que levaram, por exemplo, à criação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, das Promotorias de Justiça de Bacia Hidrográfica e da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Pú-

TAL E CRISE CLIMÁTICA S NO CONGRESSO

blico de Meio Ambiente. Essas duas últimas idealizadas pelo ministro do STJ Herman Benjamin.

Feito esse breve balanço, Jarbas Soares pontuou que, a partir da década de 1980, a sociedade brasileira assistiu a um desenvolvimento cujas consequências resultaram, entre outros problemas, em rios secos, desmatamento visível e erosões evidentes. No entanto, na avaliação dele, há uma mudança em curso, como empresas causadoras de danos ambientais que, por interesse econômico, passaram a implementar políticas de gestão voltadas ao meio ambiente.

Outra mudança apontada pelo procurador-geral é adoção de práticas de conciliação, de mediação e autocomposição no Judiciário. Segundo Jarbas Soares, a partir da década de 1990, os juízes e juízas mineiros passaram a dar respostas muito positivas às demandas relacionadas ao meio ambiente. “Em poucos anos, o Tribunal de Justiça se tornou o mais verde do País. Hoje, temos nos tribunais superiores muita jurisprudência positiva que nasceu em Minas Gerais”, declarou.

Com base na experiência do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale S/A, em Brumadinho (Grande BH), o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa, falou sobre “As soluções encontradas na recuperação de ativos pelo Estado e as providências mitigatórias de reparação ambiental”.

De acordo com Pessoa, essa tragédia, bem como a do rompimento da barragem do Fundão, da Samarco Mineração, no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 quilômetros de Mariana, inaugurou em Minas uma perspectiva dialógica caracterizada por um sentimen-

to de que os atores envolvidos nos processos precisam ser mais resolutivos na construção de pontos de convergência em prol da sociedade.

Na avaliação do advogado-geral do Estado, essa perspectiva possibilitou que, em apenas dois anos, fosse fechado o acordo de Brumadinho, o maior da América Latina em termos financeiros, no qual foi incluída a adoção de medidas reparatórias socioambientais e socioeconômicas e de restabelecimento do modo de vida das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem.

“Essa perspectiva dialógica inaugurou uma forma de minimizar os diversos impactos provocados em Brumadinho para além das perdas humanas”, observou Sérgio Pessoa ao comentar as medidas tomadas para mitigar os impactos causados pelo rompimento da barragem na saúde, economia, segurança e educação dos municípios atingidos.

Outro aspecto positivo apontado por ele foi assegurar a participação social na construção dos acordos, mesmo com os desafios impostos à época em razão da pandemia. Sérgio Pessoa também ponderou que, apesar de o processo de Brumadinho não poder ser considerado estruturante na perspectiva do Direito Civil, as medidas decorrentes dele, como a reorientação de políticas públicas e implementação de boas práticas em prol de ações ambientais, são.

Ao final do debate, Sérgio Pessoa, Jarbas Soares e a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, foram agraciados com a Medalha Desembargador Guido de Andrade, instituída em 2007, com o

FOTO: EDUARDO ROCHA



“EM POUCOS ANOS, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA SE TORNOU O MAIS VERDE DO PAÍS. HOJE, TEMOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES MUITA JURISPRUDÊNCIA POSITIVA QUE NASCEU EM MINAS GERAIS”

Jarbas Soares Júnior
Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais



Raquel Dias com os debatedores Ilan Presser, Tiago Zanella e Leonardo Maia, na mesa sobre mudanças climáticas

objetivo de homenagear personalidades e instituições públicas e privadas, que prestaram relevantes serviços ao fortalecimento da Magistratura e do Judiciário.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ainda na temática do meio ambiente, na tarde do dia 20 de setembro, os congressistas participaram do debate sobre “As mudanças climáticas e a importância da regulação pública”, cuja mesa foi presidida pela defensora pública-geral Raquel Dias.

Em breves considerações sobre o tema, Raquel Dias disse que os danos causados pelas mudanças climáticas não se restringem a regiões específicas, pois, neste período, por exemplo, várias regiões do País têm sofrido com as consequências das queimadas. “É preciso entendermos que somos todos parte de um mesmo

planeta, que essa é a casa comum, e essa responsabilidade (preservação ambiental) deve ser compartilhada por todos nós”, disse a defensora pública.

Na palestra “Direito do mar como proteção às mudanças climáticas”, o professor colaborador da Escola de Guerra Naval, Tiago Zanella, chamou atenção para o fato de que, apesar de Minas Gerais não ter mar, o estado não está isento dos impactos ambientais marinhos.

Em uma referência ao que era ensinado nas escolas, décadas atrás, de que Amazônia seria o pulmão do mundo, o professor observou que, hoje, as águas brasileiras são chamadas de Amazônia Azul. Isso se deve não só pela presença do plâncton essencial para a produção do oxigênio, mas também pela rica biodiversidade dessa extensa área marítima e sua importância econômica.

“ESSA PERSPECTIVA DIALÓGICA INAUGUROU UMA FORMA DE MINIMIZAR OS DIVERSOS IMPACTOS PROVOCADOS EM BRUMADINHO PARA ALÉM DAS PERDAS HUMANAS”

Sérgio Pessoa
Advogado-geral do Estado de Minas Gerais



“É PAPEL DOS OPERADORES DO DIREITO, DE TODOS NÓS, PREOCUPARMOS COM O DIREITO MARÍTIMO EM RELAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, QUE VÃO NOS AFETAR A TODOS COMO HUMANIDADE”

Tiago Zanella

Professor colaborador da Escola de Guerra Naval

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Após esse esclarecimento, Zanella também demonstrou, a partir de uma curiosidade, que quando as pessoas vão à praia o mar é percebido em uma dimensão que não corresponde à sua divisão jurídica. Isso ocorre porque os limites marítimos são determinados pela Linha de Base Normal traçada ao longo das costas dos continentes e países.

Assim, as alterações climáticas poderão ter reflexos não só nas relações comerciais, como em questões geopolíticas que fazem necessária a discussão sobre os espaços marítimos. O professor destacou que, por exemplo, o aumento do nível dos oceanos terá consequências para as cidades litorâneas e alguns países pequenos tendem a desaparecer. “A consequência das alterações climáticas pode ser desastrosa para o mundo inteiro. O clima dos mares afeta os continentes como um todo”, disse.

É, pois, diante desse quadro que, de acordo com

Zanella, o Direito Marítimo, além de estabelecer limites territoriais, ao tentar coibir a degradação e prevenir contra a poluição, adota, em geral, uma lógica preventiva. “É papel dos operadores do Direito, de todos nós, preocuparmos com o Direito Marítimo com relação às mudanças climáticas, que vão nos afetar a todos como humanidade”, afirmou.

Na abertura da palestra sobre a “Litigância climática em cortes constitucionais e suas consequências”, o secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), juiz federal Ilan Presser, foi categórico ao alertar que sem o Direito Ambiental e que se todos os países não chegarem a uma solução a humanidade não terá condições de existir.

Após essa afirmação, Presser destacou que o Poder Judiciário pode cumprir um papel transformador na conversão da matéria ambiental em direito vigente, a



Sérgio Pessoa, Raquel Dias e Jarbas Soares recebem a Medalha Guido de Andrade



Palestras sobre o meio ambiente foram acompanhadas atentamente pelos congressistas

fim de concretizar um clima hígido, estável e seguro.

Como instrumentos do cumprimento desse papel, o magistrado indicou o artigo 225, da Constituição Federal de 1988, que trata do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um direito-dever, e destacou que o direito ambiental é um direito fundamental de 3ª dimensão com a concretização de valores pertinentes à solidariedade e fraternidade.

O especialista observou que, diante de contradições intrínsecas ao debate sobre as políticas ambientais, em todo o mundo, surge a via da Justiça climática na qual se debate os limites e possibilidades da atuação judicial em políticas climáticas.

O palestrante destacou que eventos climáticos são realidade e que não é possível prever a tolerabilidade de

cada um dos ecossistemas, pois está tudo relacionado e, por isso, a ideia da prevenção. “Não adianta ter a dignidade da pessoa humana se não dermos a ela o meio ambiente em que possa se desenvolver”, advertiu.

Em seguida, o promotor de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte, Leonardo Castro Maia, palestrou sobre a “Água e conflitos socioambientais”. Na sua exposição, ele ponderou que a água, apesar de ser abundante no planeta, é distribuída de forma desigual. “Isso, além da poluição e da utilização inadequada da água, gera conflitos que são levados ao Judiciário”, comentou.

Leonardo Maia ressaltou que a água é um bem absolutamente essencial para todas as atividades, sobretudo para a vida. Assim, segundo o promotor, no contexto das mudanças climáticas, a água já é o recurso natural mais afetado. Portanto, para ele, o que está sendo alterado com



“NÃO ADIANTA TER A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA SE NÃO DERMOS A ELA O MEIO AMBIENTE EM QUE POSSA SE DESENVOLVER”

Ilán Presser
Juiz federal, secretário-geral
Enfam

FOTO: EDUARDO ROCHA



“ESSAS MUDANÇAS (NA
HIDROLOGIA) GERAM
CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO
HUMANO DE ACESSAR
A ÁGUA, QUE SIGNIFICA
DIREITO À VIDA, SAÚDE,
MORADIA, CIDADANIA E
DIGNIDADE”

Leonardo Castro Maia
Promotor de Justiça

a mudança climática é a hidrologia, a distribuição da água. “Essas mudanças geram consequências no direito humano de acessar a água, que significa direito à vida, saúde, moradia, cidadania e dignidade”, afirmou.

Entre outras consequências das mudanças climáticas, o promotor apontou a injustiça climática, que afeta as pessoas mais pobres, contribuindo para aprofundar o quadro de desigualdade na sociedade, na medida em que a indisponibilidade da água causa, por

exemplo, problemas para a subsistência e a produção.

Como uma das formas de enfrentar esses problemas, Leonardo Maia assinalou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, previstos na Lei 9.433, de 1997, que prevê uma série de instrumentos, princípios e órgãos para fazer a gestão dos recursos hídricos. No entanto, conforme observou o promotor, esse sistema ainda é desconhecido, contribuindo para um problema estrutural que incidem sob os recursos hídricos.

Triade

Residências suspensas com vista 360° para o **Vale do Sereno**.

Apartamentos de **486 m²** com circulação total entre os ambientes.

4 suítes

Suíte master com **2 closets**, **2 banhos** e varanda com espaço para hidromassagem.

 Acesse o Qr Code e saiba mais.

 [katz.life.style](https://www.katz.life.style)  (31) 9 8416-9929

 **KATZ** JACOBSEN ARQUITETURA

30ª MAGISCULTURA SABOR E TEM

FOTO: EDUARDO ROCHA



Lançamento foi marcado por homenagens e o reconhecimento ao talento de juizes e juizas mineiros

CONGRESSO DA MAGISTRATURA. Com o reconhecimento à cozinha mineira, patrimônio cultural imaterial de Minas, estampada na capa ilustrada por Rodrigo Zavagli, e homenagem à Dona Lucinha, uma das principais representantes da culinária mineira, a 30ª MagisCultura foi lançada, no dia 21 de setembro, no encerramento do Congresso da Magistratura Mineira 2024.

No tempero desta edição, estão contos, ensaios, poemas e crônicas de magistradas e magistrados mineiros, apimentada pela homenagem ao jornalista e escritor Carlos Herculano Lopes, membro da Academia Mineira de Letras (AML), no texto “Com raízes na Chácara São Joaquim”, de autoria do desembargador Armando Freire.

O ponto dessa receita literária foi dado pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, para quem, como revelou no editorial, ocupar o espaço reservado à apresentação de cada edição foi um dos encargos que mais o emocionou ao longo destes quase três anos à frente da Presidência da Associação.

Luiz Carlos reafirmou depoimento dado à revista Matéria Prima e ressaltou que a MagisCultura, criada há 15 anos, “tornou-se o átrio da exteriorização cultural da Magistratura mineira”. De acordo com ele, a revista alcançou longevidade e é uma

publicação de referência em matéria de difusão cultural e artística.

HOMENAGENS

No editorial, o presidente da Associação destacou o pioneirismo da gestão do desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, idealizador da revista, e a dedicação e o discernimento do diretor do Conselho Editorial, juiz Renato César Jardim, bem como dos membros do colegiado. Ele também agradeceu à equipe da revista, composta pelas artistas Sandra Bianchi e Rachel Magalhães, e o editor, o jornalista Manoel Marcos Guimarães, que foi homenageado no lançamento da 30ª edição.

A homenagem, entregue pelos desembargadores Rogério Medeiros, 3º vice-presidente do TJMG, e Armando Freire também foi feita ao jornalista Carlos Herculano e ao juiz Renato César Jardim, que não pôde comparecer ao lançamento e que irá receber a honraria posteriormente.

COLABORAÇÕES

É de Manoel Guimarães um dos textos sobre a cozinha mineira. No ensaio “Minas reconhece sua cozinha como patrimônio cultural”, o jornalista fala sobre o

RA É LANÇADA COM PERO MINEIROS

FOTO: EDUARDO ROCHA



Familiares recebem retrato de Dona Lucinha, pintado por Sandra Bianchi

registro da culinária mineira como bem cultural imaterial, os pratos que podem ser considerados típicos, cita livros sobre o tema, e aborda a relação entre a tradição e a modernidade.

Ao comentar, no artigo, a trajetória de Dona Lucinha, Manoel Guimarães destacou a ousadia dela em deixar sua terra natal, o Serro, rumo a Belo Horizonte, para inaugurar na Savassi, bairro nobre da capital mineira, o restaurante com sua assinatura, no qual passou a “oferecer a uma clientela sofisticada uma comida ‘do mato’, simples, como uma canjiquinha com costela, carne seca, angu, couve, oropronóbis e feijão de tropeiro, entre outros, pratos”, observou o jornalista.

Nesse mesmo caldeirão, a professora de Direito da UFMG, Fabiana de Menezes Soares, colaborou na revista com o ensaio “A comida como restauração e fermento do convívio”. No texto, ela aborda questões como comida e interação social, linguagem e ritos. “O mineiro é reconhecido como comedido, alguém que faz a festa a partir da cozinha, mas que transforma um café na chave para com-

AUTORES DA 30ª EDIÇÃO*

- **Com raízes na Chácara São Joaquim**
Armando Freire
 - **O “philosofho” Eduardo Almeida Reis**
Rogério Medeiros Garcia de Lima
 - **Capas adiantadas**
Renato César Jardim
 - **Sentimento Oceânico**
José Aparecido Fausto de Oliveira
 - **O túnel**
Carlos Roberto Loiola
 - **A invenção do fogo**
Llewellyn Medina
 - **Minas reconhece sua cozinha como patrimônio cultural**
Manoel Marcos Guimarães
 - **Antropofágico**
Amaury Silva
 - **A comida como restauração e fermento do convívio**
Fabiana de Menezes Soares
 - **Três Sonetos**
João Quintino Silva Galinari
 - **Veniet**
José Maria Vieira Starling
 - **Cordel: uma herança portuguesa, com certeza**
Gutemberg da Mota e Silva
- *Neste número a publicação também traz três minicontos do escritor Carlos Herculano Lopes.*



Rogério Medeiros, 3º vice-presidente do TJMG, entrega homenagem ao jornalista Manoel Guimarães

por, inclusive, minimizando conflitos”, ponderou.

CORDEL

Presente na culinária mineira, a influência de Portugal na literatura brasileira também é retratada na revista. No artigo “Cordel, uma herança portuguesa”, o desembargador Gutemberg da Mota e Silva, colaborador assíduo da MagisCultura, fala sobre as raízes lusitanas desse gênero literário.

Por meio de uma rica pesquisa, Gutemberg da Mota assinala que: “A expressão literatura de cordel, oriunda de Portugal, nasceu na feira das segundas-feiras de uma vila piscatória lusitana, na qual um dos vendedores de versos em folhetos, geralmente cegos, os dependurava em barbantes armados entre duas cadeiras meio desconjuntadas e as punha próximas à Livraria Barateira, para atrair leitores, com a frase ‘Vende-se a cavalo num barbante’”.

DELICIE-SE
COM A
MAGISCULTURA



Armando Freire entrega retrato a Carlos Herculano, sobre quem escreveu na revista

Magistratura reverencia Caetano Levi durante o Congresso

CONGRESSO DA MAGISTRATURA.

No discurso de abertura do Congresso da Magistratura Mineira 2024, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, adiantou que os três dias do evento seriam marcados por gestos de reconhecimento e gratidão.

E assim o foi desde a abertura do Congresso, com a entrega do título de sócio honorário da Amagis aos ministros Sebastião Reis e Carlos Veloso, até o encerramento das conferências, com a outorga da mesma honraria ao ministro João Otávio de Noronha.

Entre as manifestações de apreço ocorridas no Congresso, a homenagem ao desembargador Caetano Levi, que se aposentou em 2 de outubro, foi revestida pelos sentimentos de afeto e de saudade, pelas contribuições e representatividade do laureado junto ao Judiciário. Esse reconhecimento também foi feito nas sessões do Órgão Especial do TJMG, no dia 18 de setembro, e na 2ª Câmara Cível do Tribunal.

Ao comentar sobre a aposentadoria do magistrado, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos de Rezende e Santos, disse que, assim como fez na Escola Nacional da Magistratura, o desembargador Caetano Levi também contribuirá para o engrandecimento da Escola Superior da Magistratura Desembargadora Jane Silva (Emajs). “Em nome de toda a Magistratura mineira, gostaria de registrar o grande ser humano que o desembargador Caetano Levi representa para todos nós”, exaltou o presidente da Amagis.

O humanismo também marcou

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Caetano Levi com Marcelo Piragibe



Antônio dos Anjos e Christyano Generoso

as manifestações de reconhecimento à juíza Raquel Agreli Melo, idealizadora da Cartilha Desvendando o Autismo, e aos juízes Christyano Lucas Generoso e Marcos Bartolomeu de Oliveira, pelo trabalho na Coordenadoria de Política de Proteção e Apoio à Pessoa Deficiência.

Já no campo da educação, a homenagem foi dedicada ao diretor -executivo da Emajs, juiz Richardson Xavier Brant, e ao professor Waldir de Pinho Veloso, em reconhecimento ao trabalho realizado na revista Amagis Jurídica.



PLANTÃO TELEFÔNICO
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS

(31) 3079-3454,
(31) 9 9977-2860

Painel dos 150 anos é obra coletiva da Magistratura mineira

FOTOS: EDUARDO ROCHA



A obra foi construída com a colaboração de magistrados e magistradas durante o congresso em Ouro Preto

CONGRESSO DA MAGISTRATURA.

No Congresso de 2023, quando Ouro Preto tornou-se a capital histórica da Magistratura mineira, o artista plástico Heleno Nunes, a convite do desembargador Tiago Pinto, começou a pintar o painel dos 150 anos do TJMG.

Segundo Nunes, a construção do painel foi inusitada porque geralmente o artista não desenha em parceria com outros, na verdade, nem costuma mostrar o que está pintando.

Um dos motivos para essa rara experiência, foi o espírito coletivo

do congresso. Assim, quando chegou em Ouro Preto, ele convidou o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o desembargador Tiago Pinto, e o ministro Francisco Rezek para darem as primeiras pinceladas na tela em que os congressistas ajudariam a dar vida ao painel.

“Algumas pessoas me disseram que sempre tiveram vontade de pintar, mas que não tinham coragem, e tinham vontade de saber como o artista começa uma obra. As pessoas ficaram muito emo-

cionadas”, contou Nunes ao falar sobre como foi, para ele, compartilhar alguns traços da pintura com magistrados e magistradas que participavam do congresso.

Ao ver a obra finalizada, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, disse que o painel representa o diálogo entre a Magistratura, as artes e a sociedade. Durante o Congresso deste ano, Heleno Nunes foi homenageado pela Amagis por sua sensibilidade em registrar parte da história do Judiciário mineiro.



Carlos Loiola pinta o painel em Ouro Preto



Tiago Pinto entrega homenagem a Heleno Nunes

Com Escola, Amagis Jurídica entra em nova fase

CONGRESSO DA MAGISTRATURA.

No segundo dia do Congresso da Magistratura Mineira, 20 de setembro, o juiz Richardson Xavier Brant e o professor Waldir de Pinho Veloso foram homenageados pelas inovações na revista Amagis Jurídica que, com a criação da Escola Superior da Magistratura Desembargadora Jane Silva (Emajs), entrou em uma nova fase.

Nessa nova etapa, agora editada no âmbito Emajs, a publicação expande seus horizontes e, no número dois do volume 16, traz sete artigos de pesquisadores europeus e latino-americanos, além dos estudos de doutores e mestres brasileiros.

Na apresentação deste número, o editor da revista e professor doutor, Richardson Brant, observou que a publicação mantém o propósito de levar ao público abordagens sobre questões desafiadoras, a fim de proporcionar aos leitores reflexões que visam a uma atuação inovadora e eficiente no campo da prestação jurisdicional.

No editorial, Richardson Brant ressaltou que a revista também tem o objetivo de divulgar pesquisas que possam contribuir para o aperfeiçoamento da Magistratura, dos operadores do Direito e de toda a comunidade jurídica, na medida em que problematiza, com o necessário rigor acadêmico, temas da atualidade.

Entre os artigos publicados nesta edição, estão o do professor Giuseppe Cassano sobre como a legislação italiana tem cuidado da aplicação da inteligência artificial em diversos segmentos ou camadas sociais. Ele leciona “Inteligência Artificial” na Università Luiss di Roma, e é Diretor do Departamento de Ciências Jurídicas da

FOTO: EDUARDO ROCHA



Waldir de Pinho, Maurício Ferreira e Richardson Brant

European School of Economics.

Outra contribuição vem da Espanha. Trata-se do artigo Derechos Humanos y no discriminación por razón de género, de autoria do professor Juan Manuel de Faramiñán Gilbert que, entre outras atribuições, é professor titular da Cadeira Jean Monnet Instituciones y Derecho da Unión Europea.

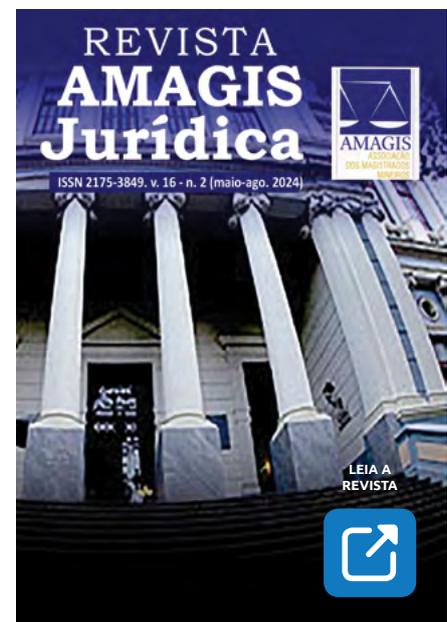
O juiz Murilo Silvio de Abreu, da Comarca de Belo Horizonte, traz aos leitores o debate atual sobre a reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. No artigo, o magistrado analisa a fase de recursos administrativos, compara as propostas tanto nas inovações quanto no procedimento em vigor, e trata do porquê o imposto único, a ser arrecadado pela União, acabou por incluir o que o autor chama de “tributos irmãos siameses” e “tributos irmãos gêmeos”.

PARTICIPE

As mudanças na Amagis Jurídica incluem uma nova periodicidade: a revista passou a ter três números publicados a cada ano. O

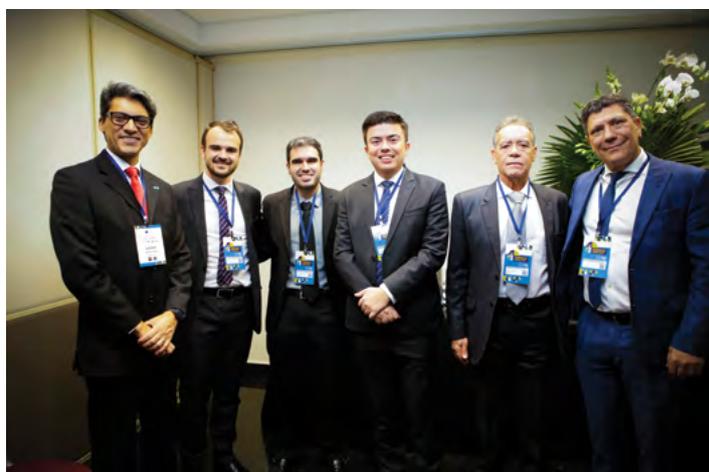
envio de artigos é em fluxo contínuo, sem data de fechamento, sendo submetidos à análise pela ordem de recebimento.

Os artigos devem ser enviados já corrigidos, na língua portuguesa padrão, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para o e-mail escola-amagis@amagis.com.br.



IMAGENS DO CONGRESSO DA MAGISTRATURA MINEIRA 2024

FOTOS: EDUARDO ROCHA



IMAGENS DO CONGRESSO DA MAGISTRATURA MINEIRA 2024

FOTOS: EDUARDO ROCHA



IMAGENS DO CONGRESSO DA MAGISTRATURA MINEIRA 2024

FOTOS: EDUARDO ROCHA



IMAGENS DO CONGRESSO DA MAGISTRATURA MINEIRA 2024

FOTOS: EDUARDO ROCHA



DIRETORIA VAI A 2 VALORIZAÇÃO DA C

FOTO: IZABELA MACHADO



Em Varginha, o juiz Antônio Carlos Parreira foi homenageado por sua dedicação à comarca e aos colegas

DEFESA DA MAGISTRATURA. Com as reuniões e encontros promovidos em Poços de Caldas e Varginha (ambas no Sul de Minas), no final de agosto, e São João del-Rei e Lavras (as duas no Campo das Vertentes), a Diretoria da Amagis esteve em 21 comarcas mineiras desde o início da gestão. Com o feito, alcançou uma média de 7 circunscrições visitadas por ano até o momento, sem considerar aquelas nas quais os dirigentes estiveram presentes mais de uma vez.

Seja com o objetivo de debater os interesses da Classe, em âmbitos estadual e nacional, seja a fim de promover confraternizações, promover debates ou participar de inaugurações de fóruns, a atuação da gestão sempre foi pautada pelos mesmos princípios: a união, a valorização e o fortalecimento da Magistratura Mineira.

Como têm feito nas reuniões, no encontro no salão do Tribunal do Júri do Fórum Cornélio Tavares Hovelacque, da Comarca de Poços de

“NOSSO OBJETIVO É GARANTIR QUE CADA JUIZ E JUÍZA SE SINTA AMPARADO, E QUE POSSAMOS, JUNTOS, BUSCAR SOLUÇÕES PARA AS DEMANDAS DA CLASSE, PROMOVEDO MELHORIAS CONTÍNUAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NA VALORIZAÇÃO DA NOSSA CARREIRA”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

Caldas, no dia 29 de agosto, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e a vice-presidente da Associação e da AMB, juíza Rosimere das Graças do Couto, falaram sobre a atuação da Associação em prol da Magistratura mineira.

Luiz Carlos abordou os desafios enfrentados pela Justiça estadual, detalhou as ações mais recentes em favor dos magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. O presidente da Amagis também falou sobre o andamento de pleitos da Classe junto ao TJMG, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Justiça. Entre essas demandas, estão a recomposição dos subsídios, a valorização dos juizes de primeiro grau e melhorias nas condições de trabalho de magistrados e magistradas.

Além dos temas próprios do associativismo, o presidente Luiz Carlos falou sobre sua satisfação de reencontrar os magistrados e ma-

1 COMARCAS PELA LASSE NO INTERIOR

gistradas nas comarcas do interior. “Para mim, é sempre uma alegria estar ao lado de colegas tão queridos. Nosso objetivo é garantir que cada juiz e juíza se sintam amparados, e que possamos, juntos, buscar soluções para as demandas da Classe, promovendo melhorias contínuas nas condições de trabalho e na valorização da nossa carreira”, pontuou.

A juíza Rosimere do Couto ressaltou que estar próximo de magistrados e magistradas que atuam nas comarcas do interior é importante para a Diretoria da Amagis compreender as realidades e os desafios locais, a fim de traçar ações conjuntas visando sempre o bem-estar dos colegas nos âmbitos profissional e pessoal.

“Na Amagis e na AMB, temos trabalhado incansavelmente para assegurar que os direitos da Classe sejam respeitados. O contato direto com os juizes e as juizas que atuam fora dos grandes centros nos permite enten-

“O CONTATO DIRETO COM OS JUÍZES E AS JUÍZAS QUE ATUAM FORA DOS GRANDES CENTROS NOS PERMITE ENTENDER MELHOR SEUS DESAFIOS E GARANTIR QUE SUAS VOZES SEJAM REPRESENTADAS EM NOSSAS AÇÕES EM ESFERA NACIONAL”

Juíza Rosimere das Graças do Couto
Vice-Presidente da Amagis e da AMB

der melhor seus desafios e garantir que suas vozes sejam representadas em nossas ações em esfera nacional”, enfatizou Rosimere do Couto.

RECONHECIMENTO

Na ocasião, magistrados e magistradas de Poços de Caldas manifestaram reconhecimento ao trabalho da Diretoria da Amagis nas comarcas do interior de Minas.

Na avaliação da diretora do foro da comarca, juíza Alessandra Bitencourt dos Santos Deppner, a presença da Amagis no Sul de Minas evidencia o compromisso da Associação com os desafios e as necessidades da Magistratura em todas as regiões do Estado. “Essa união é essencial para que possamos conquistar novos avanços. O modelo de gestão participativa e democrática adotado pela Amagis fortalece nossa Classe e nos aproxima cada vez mais”, disse.

FOTO: JOÃO ROSA



Reunião com juizes e juizas no Fórum Cornélio Tavares Hovelacque em Poços de Caldas



Diretoria da Amagis com juízes e juízas na Comarca de São João del-Rei

O diretor da Seccional da Amagis em Poços de Caldas, juiz Carlos Alberto Pereira da Silva, destacou que a visita da Diretoria aos magistrados do interior reitera o empenho em representar os juízes e juízas de todo o Estado, sem distinção. “A presença dos amigos aqui, na comarca, aquece o coração e fortalece nosso sentimento de pertencimento. Esse é um dos diferenciais desta gestão. Esse contato próximo também ajuda na prestação jurisdicional, pois nos sentimos mais felizes e motivados”, enfatizou.

VARGINHA

No dia seguinte ao encontro em Poços de Caldas, o presidente Luiz Carlos e a vice-presidente Rosimere do Couto reuniram-se com juízes e juízas da Comarca de Varginha, no Fórum Dr. Antônio Pinto de Oliveira. O diretor de Patrimônio da Amagis, desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccacini, e o juiz Fábio Magrini, integrante do Conselho Deliberativo, também estiveram presentes.

Na ocasião, a Diretoria homenageou o diretor do Foro da Comarca e da Seccional da Amagis em Varginha, juiz Antônio Carlos Parreira, por sua dedicação incansável à comarca e aos magistrados da região. Emocionado, Parreira disse que o

contato com a Diretoria é essencial para que as demandas sejam ouvidas e para que a Magistratura se fortaleça cada vez mais, mantendo-se firme em seu propósito de prestar o melhor serviço ao cidadão mineiro. “A Amagis é grande parceira da

**“ESSA UNIÃO É
ESSENCIAL PARA
QUE POSSAMOS
CONQUISTAR
NOVOS AVANÇOS.
O MODELO
DE GESTÃO
PARTICIPATIVA E
DEMOCRÁTICA
ADOTADO PELA
AMAGIS FORTALECE
NOSSA CLASSE E
NOS APROXIMA
CADA VEZ MAIS”**

**Juíza Alessandra
Bittencourt dos
Santos Deppner**
Diretora do Foro de Poços
de Caldas

comarca, sempre nos estendendo as mãos, sem medir esforços para atender às nossas demandas”, destacou.

Empossada em 2024, assumindo a Comarca de Elói Mendes há pouco mais de um mês, a juíza Fernanda Rabelo Dutra disse que a presença da Diretoria traz um alento e conforto muito grande a magistrados e magistradas. “Antes de assumirmos as comarcas, fizemos o curso de formação da Ejef e ficamos em contato direto com nossos colegas do concurso e da Amagis. Agora, já no interior, esse contato faz muita falta, principalmente para aqueles que, como eu, foram para uma comarca de vara única, onde ficamos sozinhos a maior parte do tempo”, apontou.

SÃO JOÃO DEL-REI

Menos de uma semana depois de ter estado em Varginha, a Diretoria da Amagis foi recebida por juízes e juízas na Comarca de São João del-Rei (Campo das Vertentes). Na oportunidade, a Diretoria foi representada pelo presidente Luiz Carlos, a vice-presidente Rosimere do Couto, o diretor de Patrimônio, Octavio Boccacini, e o ouvidor da Associação, juiz Auro Aparecido Maia de Andrade.

O juiz Auro Aparecido externou sua alegria de retornar à comarca. “Voltar a São João del-Rei, onde

passei tantos anos da minha carreira, é muito gratificante. Rever os colegas e poder contribuir para o fortalecimento da Magistratura nesta região é uma grande honra para mim”, declarou.

O desembargador Octavio Bocalini também ressaltou a relevância da participação dos magistrados do interior na política associativa. “A contribuição dos magistrados do interior é fundamental. Eles enfrentam realidades distintas e, por isso, o envolvimento de todos, em encontros como este, enriquece o debate e nos ajuda a encontrar soluções adequadas para a Classe como um todo”, ponderou.

Para o diretor do foro de São João del-Rei, juiz Armando Barreto Marra, é sempre um prazer receber o presidente Luiz Carlos, considerado um incansável lutador da Magistratura Mineira. “Receber a Diretoria da Amagis é um grande prazer e nos coloca a par de toda a situação que tem acontecido no cenário estadual e federal”, pontuou.

Para o juiz Hélio Martins Costa, a presença do presidente e da Diretoria nas comarcas do interior significa o fortalecimento da Magistratura e do Poder Judiciário. “Tratar de assuntos sensíveis ao Judiciário é tratar do Es-

“A AMAGIS É GRANDE PARCEIRA DA COMARCA, SEMPRE NOS ESTENDENDO AS MÃOS, SEM MEDIR ESFORÇOS PARA ATENDER ÀS NOSSAS DEMANDAS”

Juiz Antônio Carlos Parreira
Diretor do Foro de Varginha

“RECEBER A DIRETORIA DA AMAGIS É UM GRANDE PRAZER E NOS COLOCA A PAR DE TODA A SITUAÇÃO QUE TEM ACONTECIDO NO CENÁRIO ESTADUAL E FEDERAL”

Juiz Armando Barreto Marra
Diretor do Foro de São João del-Rei

tado Democrático de Direito, do qual não podemos prescindir”, disse.

LAVRAS

No mesmo dia, em Lavras, a Diretoria da Amagis, magistrados e magistradas, e a comunidade jurídica de Lavras (Campo das Vertentes) homenagearam a juíza Zilda Maria Youssef Murad Venturelli, titular da 2ª Vara Criminal da comarca, que retomava suas atividades no Fórum Pimenta da Veiga.

Emocionada, a juíza Zilda Venturelli agradeceu o apoio e o carinho de todos e, em uma demonstração de fé, a Deus declarou: “Ele sabe de todas as coisas. Se eu tive que passar por isso para hoje estar nesse momento, eu agradeço muito a Deus”.

Entre as comarcas visitadas pela Diretoria da Amagis, até agora, estão as de Montes Claros, Teófilo Otoni, Contagem, Ubá, Visconde de Rio Branco, Abaeté, Nanuque, Juiz de Fora, Manhuaçu, Ouro Preto, Itajubá, Pouso Alegre, Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares, Lavras, Poços de Caldas, São João del-Rei, Varginha, Caratinga e Além Paraíba. Nesta última, a Associação foi representada pela desembargadora Ivone Guilarducci, diretora-secretária da Amagis.

FOTO: JOÃO ROSA



Em Lavras, a Diretoria, magistrados, magistradas e a comunidade jurídica homenageiam a juíza Zilda Venturelli

Amagis, TJ e juízes dialogam por varas em Varginha e Pará de Minas

FOTO: GEORGIA BACVAROFF



Juízes e Juízas de Varginha com os presidentes da Amagis e do TJMG

DEFESA DA MAGISTRATURA. Juízes de Varginha (Sul de Minas) e de Pará de Minas (Região Metropolitana) reuniram-se, respectivamente, nos dias 13 e 23 de setembro, com os presidentes da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e do TJMG, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, para solicitar a instalação de novas varas nas comarcas.

O presidente da Amagis ressaltou a importância das comarcas de Varginha e de Pará de Minas para o Judiciário

mineiro e enfatizou que a instalação das novas jurisdições contribuirá, sobretudo, para a promoção da Justiça e para o atendimento ainda mais efetivo das necessidades dos cidadãos e cidadãs de cada região. “A Amagis está sempre ao lado dos magistrados, e este pleito é fundamental para o bom andamento da Justiça nas regiões”, afirmou.

Nos encontros, o desembargador Corrêa Junior reconheceu a relevância jurídica das comarcas e se comprometeu a analisar a possibilidade de criação

das unidades após a aprovação do orçamento do TJMG de 2025. A proposta é de que, em Varginha, seja instalada a 3ª Vara Criminal e, em Pará Minas, uma Vara de Família e Sucessões.

O presidente Luiz Carlos agradeceu a acolhida e destacou a disposição do presidente do Tribunal em adotar medidas que visam à melhoria das condições de trabalho de magistrados e magistradas, para que eles possam, em um Judiciário cada vez mais eficaz e estruturado, promover a pacificação social.

FOTO: JOÃO ROSA



Magistrados e magistradas da Comarca de Pará de Minas na presidência do Tribunal

Com nota técnica, Amagis solicita correção de cálculo do crédito da verba de equivalência

DEFESA DA MAGISTRATURA. O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, entregou, no dia 13 de setembro, ao presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, nota técnica da Associação solicitando o recálculo do crédito relativo à verba de equivalência.

A nota foi elaborada a partir de perícia técnica sobre o crédito da Magistratura relativo à verba de equivalência, surgida entre os anos de 1992 e 2000, cujos pagamentos encontram-se em fase final. Após análise nos pagamentos de alguns magistrados, feita pela perita Maria Elisa Brasil dos Santos, que apontou equívoco ocorrido no valor do crédito em todos os casos analisados.

O estudo foi apresentado previamente aos desembargadores Dídimio Inocêncio de Paula e Vanessa Verdolin Hudson Andrade e à perita Lilian Prado Caldeira, que o aprovaram, confirmaram a higidez do documento e sugeriram a publicação da nota técnica.

O presidente da Amagis agradeceu o trabalho da perita e dos desembargadores e se mostrou confiante com os resultados que podem ser obtidos. “A Presidência do TJMG tem sido extremamente elegante e cuidadosa com os pedidos da Associação. Assim, acreditamos que, em breve, teremos a solução quanto ao crédito da Magistratura relativo à verba de equivalência, como outras instituições paradigmáticas já o fizeram”, disse.

A solicitação do recálculo do crédito foi tema de uma reunião realizada, no dia 12 de setembro, na sede da Associação, da qual participaram os desembargadores Dídimio Inocêncio de Paula, Bruno Terra



Luiz Carlos, presidente da Amagis, e Corrêa Junior, presidente do TJMG

FOTO: JOÃO ROSA



Magistrados discutem a correção do cálculo na Amagis

Dias, Francisco Kupidlowski e Aluizio Alberto da Cruz Quintão, o juiz Fernando Humberto dos Santos e o gerente do Departamento Jurídico da Amagis, José Eduardo Vecchi.

As notas técnicas são elaboradas no âmbito da Coordenadoria de As-

suntos Jurídicos e Remuneratórios e do Departamento Jurídico da Associação. Elas são formuladas com o objetivo de auxiliar nas decisões administrativas, bem como são oferecidas ao TJ para a contribuição na redação de normas do Tribunal e projetos de lei, entre outras proposições.

Órgão Especial aprova participação equânime em comissões do TJMG

DEFESA DA MAGISTRATURA.

O Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 18 de setembro, a portaria da Presidência Nº 6.865/2024, que dispõe sobre a participação equânime de homens e mulheres na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho e demais colegiados de livre indicação no âmbito do Tribunal.

O presidente da Associação, Luiz Carlos Rezende e Santos, representou a Magistratura mineira na sessão extraordinária do colegiado, que contou também com a presença de integrantes da Amagis Mulheres.

De acordo com a portaria, que vai ao encontro de solicitação apresentada pela Amagis, as unidades do TJMG observarão, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho e demais colegiados de livre indicação, ressalvadas as regras estabelecidas pelo regimento interno do Tribunal.

No parágrafo único, do artigo 1º da portaria, é feita a observação de que, caso o número de magistradas e servidoras seja menor que 50% do total de membros aptos a comporem as comissões, os comitês e os grupos de trabalho, a regra da paridade de gênero deverá ser aplicada no máximo possível.

FOTO: JUAREZ RODRIGUES/TJMG



Presidentes da Amagis e do TJMG no Órgão Especial

FOTO: JOÃO ROSA



Integrantes da Amagis Mulheres acompanharam a sessão

Primeira desembargadora de lista feminina exclusiva toma posse no TJ

DEFESA DA MAGISTRATURA. A 15ª Câmara Cível do TJMG passou a contar, em setembro, com o conhecimento e experiência da magistrada Ivone Campos Guillarducci Cerqueira, diretora-secretária da Amagis, primeira juíza a ser escolhida, pelo Órgão Especial do Tribunal, para o cargo de desembargadora a partir de uma lista exclusivamente feminina de candidatas.

Ao tomar posse, no dia 24 de setembro, Ivone Guillarducci disse estar muito grata por ser promovida a desembargadora e prometeu, assim como já faz ao longo dos 30 anos de Magistratura, continuar dignificando todos os compromissos assumidos, agora, na segunda instância.

A magistrada destacou a importância da equidade de gênero e ponderou que essa conquista não é apenas dela. “Essa não é uma vitória só minha, mas de todas as mulheres, todas as brilhantes magistradas de Minas Gerais, que estão galgando por uma promoção para o segundo grau. O sentimento é de gratidão e de muito respeito a todas as magistradas e magistrados, por essa conquista que não é só minha”, declarou.

Presente na solenidade de posse, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, parabenizou a nova desembargadora e destacou a importância do momento para a história da Justiça mineira. “É uma grande alegria ver uma colega tão competente e merecedora ser promovida. A escolha de uma lista composta exclusivamente por mulheres é um passo importante para a equidade de gênero no Judiciário e um marco na busca por mais representatividade”, afirmou. A vice-presidente administrativa da Associação, juíza Rosimere das Graças do Couto, também participou da cerimônia.

Ao empossar a nova desembargadora, o presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, reafirmou o compro-

FOTOS: JOÃO ROSA



Nova desembargadora dividiu a conquista com todas as magistradas mineiras



Ivone Guillarducci recebe os cumprimentos de Rosimere do Couto

misso do Tribunal com a transparência e a valorização das magistradas, em conformidade com as diretrizes nacionais de inclusão e de igualdade. “Essa lista exclusivamente feminina é um passo importante para espelhar, dentro do Judiciário, as trajetórias únicas e as experiências que as magistradas acumulam ao longo de suas carreiras. Além de juízas, elas trazem a bagagem de suas vivências como mulheres”, disse.

ÓRGÃO ESPECIAL

Assim como na posse, o final da votação da lista feminina exclusiva pelo Órgão Especial do TJMG, no dia 18 de setembro, foi motivo de celebração. A desembargadora Evangelina Castilho Duarte, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Fami-

liar, falou sobre a importância daquela sessão histórica.

“Não se trata de instituição de cotas, mas de correção de distorção na composição do TJMG. As magistradas de Minas Gerais começam hoje a escrever sua própria história e começam ombreado os colegas na distribuição da Justiça”, comentou a desembargadora.

O desembargador Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, celebrou a votação da lista feminina lembrando personagens marcantes da história, como Barbara Heliodora, Elvira Komel, Dona Tiburtina e Branca Renno, primeira desembargadora do TJMG. “Todas elas fizeram da sua coragem os ombros sobre os quais as nossas parceiras hoje se colocam para enxergar mais longe”, afirmou.

Emajs e Ejef firmam parceria pelo aperfeiçoamento da Justiça

FOTO: GEORGIA BAÇVAROFF



Dirigentes da Amagis, da Emajs, do TJMG, magistrados e servidores celebram a assinatura do termo

EMAJJS. A Escola Superior da Magistratura Desembargadora Jane Silva (Emajs) e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do TJMG, firmaram, no dia 17 de setembro, parceria a fim de promover o aperfeiçoamento contínuo, fortalecimento e disseminação do conhecimento jurídico entre magistradas e magistrados mineiros.

O termo de cooperação técnica foi assinado pelo diretor-geral da Emajs, desembargador Kildare Carvalho, o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Saulo Versiani, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o presidente da Associação Mantenedora da Emajs, desembargador Baía Borges.

O desembargador Saulo Versiani destacou a importância da aproximação da Ejef com os magistrados de todo o Estado e a contribuição significativa que a Emajs pode oferecer. “Minas Gerais tem sua regionalidade e é fundamental a aproximação, cada vez maior, da Ejef com os magistrados. A Amagis e a Emajs possuem essa expertise e, portanto, facilitarão essa interlocução”, avaliou.

Para o desembargador Kildare Gonçalves Carvalho, a parceria é muito bem-vinda e contribuirá significativamente com os projetos da Escola associativa. “A Emajs e a Ejef caminham juntas, para somar. Ficamos muito satisfeitos e honrados com a abertura do desembargador Saulo Versiani em viabilizar essa parceria”, disse.

O presidente da Amagis ressaltou a importância do gesto do desembargador Saulo Versiani em concretizar

a parceria entre as Escolas, o que, segundo o presidente, representa um passo significativo para a qualificação dos magistrados mineiros. “A Ejef sempre foi parceira da Amagis e da Emajs e, hoje, com a assinatura deste convênio, nossa parceria foi reforçada em prol da cultura do conhecimento. A Emajs complementa as ações da Ejef e vice-versa, sempre promovendo o melhor para as magistradas e magistrados mineiros”, afirmou.

O superintendente adjunto da Ejef, desembargador Maurício Pinto Ferreira, disse que o convênio é um marco para a formação continuada de magistrados e magistradas. “Essa parceria representa a união de esforços entre a Ejef e a Emajs, agora concretizada e eternizada, possibilitando o desenvolvimento e a oferta de ações educacionais e de cursos, não só jurídicos, para magistrados e magistradas da ativa e aposentados”, comentou.

Além do intercâmbio de experiências acadêmicas e científicas, a iniciativa reforça a interrelação entre o TJMG e a Amagis, ampliando a oferta de programas, palestras e cursos de capacitação profissional.

Também participaram da celebração do acordo, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, o juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Thiago Gandra, o coordenador acadêmico-geral da Emajs e ouvidor da Amagis, juiz Auro Aparecido Maia, o conselheiro da Emajs, desembargador Henrique Abi-Ackel, e o desembargador Newton Teixeira de Carvalho.

REALIZE LEILÃO COM QUEM É ESPECIALISTA



Excelência, Confiança e Segurança em Leilões Judiciais

A MGL utiliza blockchain e servidores dedicados para garantir segurança e transparência nos leilões, registrando cada transação em um livro-razão digital imutável e acessível a todos.

Essa tecnologia evita fraudes e amplia a confiança no processo, criando um ambiente confiável e eficiente para todos os envolvidos.

Fale com nossa equipe.

Telefone: 0800 242 2218

E-mail: mgl@mgl.com.br

WhatsApp: (37) 9 9827-5613

PUBLICIDADE

Plano de Marketing, Análise do Público-Alvo, rastreamento de Interesse do cliente e popularização do leilão judicial

VENDAS E PÓS VENDAS

Leilões unificados diários com acompanhamento completo da arrematação.



Ampla equipe de profissionais técnicos, especializados para oferecer suporte completo e garantir a eficiência em todas as etapas dos leilões.

APOSENTADOS SÃO R AMAGIS POR DEDI

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF E JOÃO ROSA



Magistrados e magistradas participam da solenidade no auditório da Amagis

ASSOCIATIVISMO. Amizade, solidariedade e inspiração. Foi nesse contexto que a Diretoria da Amagis homenageou, no dia 9 de setembro, magistrados e magistradas que se aposentaram entre 2023 e junho de 2024. Na ocasião, eles receberam uma placa condecorativa da Associação e a Medalha Reynaldo Ximenes (desembargador e ex-presidente da Amagis).

Em sua saudação aos homenageados, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende de Santos, frisou que aquela era uma noite especial para toda a Magistratura mineira, não só pelo reconhecimento aos magistrados e magistradas, mas por reiterar os laços entre os laureados e a Associação.

O presidente da Amagis fez questão de citar cada um dos homenageados, pontuando diferentes momentos da trajetória deles, que, à sua maneira, marcaram o Judiciário mineiro, seja nas decisões proferidas, seja nas amizades

**“SEREMOS O BOM
JUIZ, AGORA, MAIS
DO QUE NUNCA,
EXPERIMENTADOS
E, POR ISSO,
SEREMOS O
MELHOR AMIGO
E CONSELHEIRO
DOS QUE ESTÃO NA
ATIVA E DAQUELES
QUE ESTÃO POR
VIR”**

**Juiz Luiz Carlos
Rezende e Santos**
Presidente da Amagis

feitas nas comarcas por onde passaram. “Sou capaz de olhar os laureados nesta noite e visualizá-los nos desafios da estreia”, comentou.

Em referência ao poema “Navegar é previsto, viver não é preciso”, de Fernando Pessoa, Luiz Carlos observou que foi com o espírito de que o necessário é criar, como chama à reflexão o autor português, que os homenageados iniciaram sua carreira e escreveram sua história.

“A vida tornou-se grande para os agraciados desta noite. Inúmeras sentenças e decisões foram lançadas ao longo do tempo. Prisões decretadas, absolvições reconhecidas, desocupações autorizadas, manutenções e posses firmadas, casamentos reerguidos, divórcios decretados e, assim, em meio a inúmeros compromissos, foram firmando Justiça e distribuindo a paz social”, declarou Luiz Carlos

O presidente da Amagis também fa-

EVERENCIADOS PELA CAÇÃO À JUSTIÇA



Homenagem expressa o reconhecimento da Classe àqueles que dedicaram a vida ao Judiciário

lou sobre a responsabilidade que pesa sobre os magistrados e magistradas, cujo exercício da judicatura traz o encargo vitalício de manter a sabedoria de ouvir e compreender que terão o selo do bom senso e da honestidade por toda a vida. “Por isso, seremos o bom juiz, agora, mais do que nunca, experimentados e, por isso, seremos o melhor amigo e conselheiro dos que estão na ativa

e daqueles que estão por vir”, afirmou.

Presente na cerimônia, o presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, ressaltou a importância daquela noite, uma vez que a Amagis é a Casa da Magistratura e homenageia juizes de ontem, hoje e sempre. “Reverenciá-los, reverenciar uma vida inteira dedicada à Magis-

tratura, demonstra o reconhecimento da nossa Associação a uma vida dedicada ao Judiciário. Em nome do Tribunal, adiro e participo com muita honra a esta homenagem”, afirmou.

ORADOR

Aposentado no TJMG, o ministro Afrânio Vilela, do STJ, falou em nome

Aposentados entre 2023 e junho de 2024

- Ada Helena Antunes Torres
- Arthur Eugênio de Souza
- Belizário Antônio de Lacerda
- Braulino Corrêa da Rocha Neto
- Flávio Batista Leite
- Geraldo Augusto de Almeida
- Geraldo Domingos Coelho
- Giovanna Elizabeth Pereira de Matos Costa
- Joamar Gomes Vieira Nunes

- João Batista Lopes
- Ministro José Afrânio Vilela – Aposentado no TJMG
- José Aluísio Neves da Silva
- José Flávio de Almeida
- José Geraldo Saldanha da Fonseca
- José Mauro Catta Preta Leal
- Luciene Cristina Marassi Cagnin
- Márcia Rezende Nonato da Silva
- Marcus Caminhas Fasciani

- Moema de Carvalho Balbino
- Renata Bomfim Pacheco
- Vinícius Dias Paes Ristori
- Wellington Reis Braz

Homenageados que faleceram na atividade:

- Michel Cristian de Freitas
- Hélio Marcos Mioto



Magistrados homenageados foram agraciados com a medalha Reynaldo Ximenes

dos agraciados e destacou a importância do compromisso de todos com a Justiça, bem como da responsabilidade de garantir os direitos dos cidadãos ao longo de suas carreiras.

O magistrado disse que receber a homenagem da Amagis e a medalha Desembargador Reynaldo Ximenes representa um salvo conduto para que os homenageados sejam pessoas boas na vida. “Se Ximenes fosse um verbete no dicionário, encontraríamos, ao lado do nome dele, significados como o da igualdade e fraternidade no sentido bíblico”, destacou o ministro.

Afrânio Vilela agradeceu ao presidente da Amagis e à toda a Diretoria tanto pela homenagem, quanto pela oportunidade do reencontro e do convívio com amigos de carreira proporcionados com a realização da cerimônia.

Ainda em seu discurso, o ministro manifestou sua satisfação de testemunhar o diálogo harmônico entre os presidentes da Amagis e do TJMG em favor do Judiciário. Na avaliação dele, a Associação é o braço político que o administrador não pode ter, e o Tribunal oferece a segurança necessária aos magistrados para o desempenho de suas atividades.

“Recebam os dois e suas Diretorias o meu elogio mais profundo, pois os vejo caminhando juntos e olhando juntos para o mesmo sentido”, disse.

Convidado pelo ministro Afrânio Vilela para subir ao púlpito para ler a mensagem que endereçou aos seus pares na ocasião de sua aposentadoria, o juiz José Aluísio Neves comentou que a responsabilidade de falar depois do ministro do STJ talvez tenha sido um dos maiores testes para um magistrado de primeira instância.

José Aluísio, um dos homenageados, falou dos desafios enfrentados na carreira, comuns a todos os laureados da noite, e ressaltou que a Justiça é distribuída pela Magistratura em todos os graus de jurisdição e que a composição dos conflitos tem o mesmo valor, pois são inestimáveis para as partes envolvidas.

“O objetivo dessa narrativa é tão só demonstrar que nós, caríssimos colegas, vivemos situações diversas e que, imbuídos do nosso dever de decidir e, em razão dessas decisões, manter a paz social, buscamos, muitas vezes, o sentimento indispensável da humanidade”, disse.

**“RECEBAM OS DOIS
(PRESIDENTES DA AMAGIS E
DO TJMG) E SUAS DIRETORIAS
O MEU ELOGIO MAIS
PROFUNDO, POIS OS VEJO
CAMINHANDO JUNTOS E
OLHANDO JUNTOS PARA O
MESMO SENTIDO”**

Afrânio Vilela
Ministro do STJ

**“REVERENCIÁ-LOS,
REVERENCIAR UMA VIDA
INTEIRA DEDICADA À
MAGISTRATURA, DEMONSTRA
O RECONHECIMENTO DA
NOSSA ASSOCIAÇÃO A
UMA VIDA DEDICADA AO
JUDICIÁRIO. EM NOME DO
TRIBUNAL, ADIRO E PARTICIPO
COM MUITA HONRA A ESTA
HOMENAGEM”**

**Desembargador Luiz Carlos
de Azevedo Corrêa Junior**
Presidente do TJMG

Inesperado e emocionante pedido de ‘bença’

CASOS DA TOGA. Aquela era uma tarde comum, mas parecia mais bela que todas as outras da minha querida Nova Lima. Por quê? Porque, como de costume, estava abraçado com a minha filha Ana Karolina, como faço com a minha outra filha: Ana Katherine. Isso sem me olvidar de minha companheira há 45 anos, Nídia.

Passávamos em frente ao maravilhoso Teatro Municipal. Aquela momento era único, porém algo inusitado aconteceu: – “Bença, pai”. Essa foi a frase ouvida. Quem era o autor? Não havia identificado a voz do meu filho Álvaro.

Olhei para a minha filha, ainda atônito, e ela, com seu humor fino, perguntou-me: – A minha mãe sabe disso? – Não, não sabe, pensei com os meus botões. Tudo isso em fração de segundos.

O que fazer? Outra não poderia ser a minha reação. Olhei no sentido de onde vinha o “pedido” e de pronto identifiquei o seu autor: um homem que havia sido condenado por mim, e que cumprira pena na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). Sim, eu era o juiz criminal da Comarca de Nova Lima naquele período.

Um filme passou em minha tela mental e me perguntei: Por que um ex-presos me pediria “bença”? Logo a mim, que era conhecido como um juiz muito duro.

Duas respostas me vieram à mente. A primeira era porque a maioria dos presos não havia conhecido o genitor ou este não lhes servira de modelo a ser seguido. A segunda, porque, como magistrado, condenava aqueles que mereciam, porém, não os esquecia no cárcere, ao contrário, procurava fazer com que essa pena

ILUSTRAÇÃO: CRIADOR DE IMAGENS BING - IMAGEM GERADA POR I.A.



cumprisse a sua finalidade maior: a recuperação do ser humano!

Tudo isso muito rápido. E a minha resposta veio: Que Deus te abençoe! Voltei a caminhar, extremamente emocionado e em silêncio, abraçado à minha filha, na direção do Fórum Augusto de Lima, que era o nosso destino. Curiosamente, esse fato virou notícia.

Essa foi a primeira vez que ouvi o pedido de “bença” que não partia de meus filhos. Ainda me emociono ao ouvir outros ex-presos que, como aquele, me pedem e recebem sempre como resposta: que Deus te abençoe!

() Juiz aposentado. Um dos responsáveis pela criação da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Nova Lima.*

“PASSÁVAMOS EM FRENTE AO MARAVILHOSO TEATRO MUNICIPAL. AQUELE MOMENTO ERA ÚNICO, PORÉM ALGO INUSITADO ACONTECEU: – “BENÇA, PAI”. ESSA A FRASE OUVIDA. QUEM ERA O AUTOR? NÃO HAVIA IDENTIFICADO A VOZ DO MEU FILHO ÁLVARO”

Excelência esportiva sintetizam 5º T

FOTOS: JOÃO ROSA E TIAGO PARRELA



Diretoria entrega Troféu Juíza Andréa Foureaux aos competidores

ESPORTES. Além de desafiar suas habilidades físicas, técnicas e psicológicas, magistrados e magistradas mineiros compartilharam os sentimentos de amizade e respeito na busca da excelência esportiva. Entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro, eles disputaram o Troféu Juíza Andréa Foureaux no 5º Torneio de Tênis da Amagis, realizado na Casalechi, em Belo Horizonte.

De acordo com a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, o propósito da Associação, com mais essa competição, é, justamente, promover tanto a confraternização quanto a saúde física e mental dos associados. “Este torneio é mais do que uma competição, é uma oportunidade para nos encontrarmos fora do ambiente de trabalho, para relaxar e nos divertir”, disse a magistrada, que, ao final da competição, recebeu um troféu como homenagem especial.

Na avaliação do diretor de Esportes, juiz Thiago Gandra, o aumento do número de participantes nos eventos esportivos promovidos pela Amagis reforça a importância de iniciativas como o torneio de tênis no âmbito do associativismo. “O esporte é uma excelente ferramenta para unir as pessoas, e nosso objetivo é continuar promovendo essa integração”, declarou.

O vice-presidente sociocultural-esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira, também destacou a

participação crescente de magistrados e magistradas como um aspecto positivo das competições promovidas pela Amagis. “Acredito que cumrimos nosso objetivo de promover a integração dos colegas e seus familiares. Estamos certos de que eventos como este só tendem a crescer e se fortalecer”, avaliou.

Exemplo desse interesse da Magistratura pôde ser observado na participação do juiz Cláudio Hesketh, da Comarca de Poços de Caldas (Sul de Minas), cujos filhos Mariana e Gustavo também disputaram o torneio. Praticantes da modalidade, eles levantaram a taça no torneio. Mariana foi campeã na categoria feminina, e Gustavo campeão na masculina A e vice-campeão com o pai na dupla masculina A.

“Foi a primeira vez que conseguimos organizar o cronograma para participarmos juntos. O evento foi excelente, muito bem organizado. Rever os colegas e praticar tênis foi muito gratificante, especialmente porque meus filhos ganharam em suas categorias, e eu consegui o segundo lugar nas duplas”, celebrou Cláudio Hesketh.

O desembargador Edgard Penna Amorim destacou a importância do torneio como elemento de união na Magistratura. “O esporte é um fator de agregação de qualquer grupo. Na Magistratura, com a intensa exigência de tempo e concentração, eventos como esse são fundamentais. Além de contribuir para a saúde, também fortalecem os

a e companheirismo orneio de Tênis

laços entre os colegas e seus familiares”, afirmou.

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Segundo a juíza Claudia Helena Batista, diretora de Esportes Especializados, o evento também serviu para incentivar a participação feminina no tênis. “Estou muito feliz, pois sou uma entusiasta do tênis, principalmente do feminino. Gostaria de convidar mais colegas a participarem e agradecer à Amagis por preservar essa tradição”, manifestou.

Entre as competidoras, estava a juíza Mariana de Lima Andrade, da 13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, que participou pela quarta vez do Torneio de Tênis da Amagis. “Além de jogar tênis, que é uma paixão, é uma ótima oportunidade conviver com os colegas em um ambiente mais inclusivo e informal. Isso agrega muito para nós, como pessoas e como magistrados e magistradas”, reforçou.



Cláudio Hesketh e os filhos Mariana e Gustavo vencedores em suas modalidades



As quadras de saibro foram palco de intensas disputas na competição

PREMIAÇÃO

CATEGORIA FEMININA

- **Campeã:** Mariana Bochie Hesketh
- **Vice-campeã:** Mariana de Lima Andrade

CATEGORIA DUPLA MASCULINA B

- **Campeões:** Edgard Penna Amorin e Lauro Vinícius Abrante
- **Vice-campeões:** Henrique Schartzman e Valter Guilherme Costa

CATEGORIA DUPLA MASCULINA A

- **Campeões:** Maurício Miranda e Vinícius Miranda Gomes
- **Vice-campeões:** Cláudio Hesketh e Gustavo Hesketh

CATEGORIA MASCULINA B

- **Campeão:** Valter Guilherme Costa
- **Vice-campeão:** Antônio Gonçalves

CATEGORIA MASCULINA A +40 ANOS

- **Campeão:** Márcio Miranda Gonçalves
- **Vice-campeão:** Laurimar Leão Viana Filho

CATEGORIA MASCULINA A

- **Campeão:** Gustavo Hesketh
- **Vice-campeão:** Arthur Gonçalves

Ricardo Fiúza: jurista, literato e mestre

REMINISCÊNCIAS. Cinco anos sem Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, figura marcante e inesquecível da cultura nacional, profundamente mineiro e universal, polímata que exercia com paixão e competência seus talentos nas searas jurídica, jornalística, literária, administrativa e cultural.

Sua atuação como docente na Faculdade de Direito Milton Campos, na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, na Escola Judicial Edésio Fernandes, e na Escola Nacional da Magistratura deixaram a marca do compromisso, do idealismo, mas também de sua incomparável didática, capaz de despertar a atenção de todos os que o ouviam e inculcar nos alunos a curiosidade e o desejo de conhecimento. Fiúza jamais faltava ao compromisso das aulas, que admitia ser para ele sagrado. Apesar de suas magníficas exposições, nunca se cansava de repetir aos alunos: “Minha aula é apenas uma pílula”, incentivando a leitura dos grandes tratadistas e dos autores clássicos da filosofia política e da teoria do Estado.



Ricardo Fiúza dedicou-se ao Judiciário por mais de 40 anos

Em todos os cargos que ocupou deixou estampada sua vocação para o Direito e seu amor à causa da justiça. Bacharel em Direito pela UFMG, turma de 1960 (turma dos ministros Adhemar Maciel, Sepúlveda Pertence, Maurício Corrêa e do prof. Arthur Diniz, dentre tantos outros destacados profissionais do direito) foi atraído para o Direito Constitucional por influência das aulas do professor e acadêmico Raul Machado Horta. Servidor de carreira do TJMG, durante mais de 40 anos dedicou-se ao Poder Judiciário, tendo exercido naquela Corte as mais diversas funções, inclusive a de diretor-geral do Tribunal.

Fluente em inglês, francês, espanhol e italiano, atuou por diversas vezes como intérprete em eventos da Magistratura brasileira ocorridos no Brasil e no exterior. Fez também algumas traduções escritas, entre as quais destaque a obra “O Poder Judiciário no Brasil”, editado pela Del Rey, em que oferece uma síntese da organização do Poder Judiciário no Brasil em quatro idiomas.

Publicista de sólida formação, brindou o Direito Público brasileiro com inúmeros artigos publicados em peri-

“A CLAREZA FORA SEMPRE MARCA INCONFUNDÍVEL DE SEU ESTILO, SENDO CAPAZ DE ABORDAR TEMAS ÁRIDOS E ABSTRATOS SEM CAIR NA CILADA DOS JARGÕES HERMÉTICOS, DOS ESTRANGEIRISMOS INDIGESTOS, DOS GONGORISMOS VAZIOS. NUMA LIÇÃO CADA VEZ MAIS URGENTE PARA OS JURISTAS BRASILEIROS, EXTERNAVA A CONVICÇÃO DE QUE, NA ESCRITA JURÍDICA, A CLAREZA DEVERIA SER A VIRTUDE SOBERANA”

Desembargador Fernando Armando Ribeiro

**“A BRILHANTE TRAJETÓRIA
PROFISSIONAL DE RICARDO FIUZA,
PORÉM, NÃO É SENÃO UMA PÁLIDA
PROJEÇÃO DE SUA GRANDEZA
HUMANA. ENTRE SUAS MAIS
DESTACADAS VIRTUDES FIGURAVAM
A FIDALGUIA E A GENEROSIDADE, A
QUE ALIAVA PROFUNDA SERENIDADE E
FIRMEZA DE CARÁTER”**

**Desembargador Fernando Armando
Ribeiro**



O jurista foi professor e editor-adjunto da Del Rey

ódicos especializados e vários livros em que demonstra, a um só tempo, a riqueza de seu conhecimento teórico e seu profundo compromisso com o aprimoramento da democracia e das instituições judiciárias nacionais. Faço aqui especial referência às obras: “Lições de direito constitucional e teoria do Estado”; “Aulas de teoria do Estado” e o já clássico “Direito constitucional comparado”.

A clareza fora sempre marca inconfundível de seu estilo, sendo capaz de abordar temas áridos e abstratos sem cair na cilada dos jargões herméticos, dos estrangeirismos indigestos, dos gongorismos vazios. Numa lição cada vez mais urgente para os juristas brasileiros, externava a convicção de que, na escrita jurídica, a clareza deveria ser a virtude soberana.

Seu profundo conhecimento e refinado gosto pelas artes, o cinema, a música e a literatura convergiam para a formação integral do humanista, que se revelava em suas aulas e textos jurídicos. Humanista de fato ele o era, no correto e bom sentido da palavra. Não dos que empunham sofisticados conceitos e ideias apenas como ornamentos retóricos. Ao contrário, tentava sempre destacar a inestimável contribuição que as humanidades têm a oferecer ao direito. Gostava de lembrar o exemplo da Escola de Formação de Juízes de Portugal, sua segunda pátria, onde os candidatos a juízes têm no currículo, como disciplinas obrigatórias, literatura e cinema.

Ao lado de sua vasta obra jurídica e política, deixou-nos também uma

série de saborosas e sedutoras obras sobre diversas expressões da cultura como “Um passeio por vinhos portugueses”, “Ouro preto, câmera, coração”, “Conversa-entrevista com Fernando Pessoa” e “Nelson Freire: a pessoa e o artista”.

Na Academia Mineira de Letras Jurídicas, Ricardo Fiúza ocupou a cadeira de número 29, que tem como patrono João Oliveira Filho. Integrou o seleto grupo de juristas que, capitaneados pelo ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, idealizaram a refundação da Academia no final dos anos 1990. Assim, além de poder ser tido como um dos pais da Academia, foi um de seus maiores entusiastas e divulgadores.

A brilhante trajetória profissional de Ricardo Fiúza, porém, não é senão uma pálida projeção de sua grandeza humana. Entre suas mais destacadas virtudes figuravam a fidalguia e a generosidade, a que aliava profunda serenidade e firmeza de caráter.

Scribendi nullus finis, “escrever nunca termina”, reza o lema da Academia Mineira de Letras, instituição que ele honrou por muitos anos, tendo assento na cadeira número 7, que tem por patrono Luiz Cassiano. Daqueles que, como Ricardo Fiúza, escreveram com amor e dedicação por toda a vida, e viveram intensamente o que escreveram, cabe-nos dizer também Scriptoribus nullus finis, “os escritores não conhecem fim”. Cultivemos a memória de Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, para que as gerações vindouras possam conhecer a vida e a obra desse homem exemplar.

(*) Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas (cadeira 34); professor doutor da PUC-Minas e desembargador do TJMMG; é autor de “A fascinação das asas” (Quixote, 2019); “Colheita” (Letramento, 2017) e “Espectros poéticos da justiça” (Del Rey, 2019).

**“PUBLICISTA DE
SÓLIDA FORMAÇÃO,
BRINDOU O DIREITO
PÚBLICO BRASILEIRO
COM INÚMEROS
ARTIGOS PUBLICADOS
EM PERIÓDICOS
ESPECIALIZADOS E
VÁRIOS LIVROS EM QUE
DEMONSTRA, A UM SÓ
TEMPO, A RIQUEZA DE
SEU CONHECIMENTO
TEÓRICO E SEU
PROFUNDO
COMPROMISSO COM
O APRIMORAMENTO
DA DEMOCRACIA E
DAS INSTITUIÇÕES
JUDICIÁRIAS NACIONAIS”**

**Desembargador
Fernando Armando
Ribeiro**

AMAGIS SAÚDA AS TURMAS

TURMA DE SETEMBRO DE 1997



Afonso José de Andrade, Aida Oliveira Ribeiro, Aldo Tremea, Amaury Silva, Ana Kelly Amaral Arantes, Andrea Cristina de Miranda Costa, Andréa de Souza Foureaux, Andrea Faria Mendes, Andréia Lopes de Freitas, Angélique Ribeiro de Souza, Antônio Augusto Calaes de Oliveira, Antônio Carlos Dias de Aguiar, Antônio Felix dos Santos, Areclides José do Pinho Rezende, Ather Aguiar, Átila Andrade de Castro, Auro Aparecido Maia de Andrade, Bianca Martuche Liberano Calvet, Carlos Márcio de Souza Macedo, Cláudia Helena Batista, Cláudia Luciene Silva Oliveira, Clayton Rosa de Resende, Danielle Christiane Costa Machado de Castro Cotta, Edila Moreira Manosso, Eduardo Gomes dos Reis, Evaldo Elias Pena Gavazza, Fabiana da Cunha Pasqua, Fábio Roberto Caruso de Carvalho, Fausto Bawden de Castro Silva, Flávio Catapani, Francisco Antônio Furtado Ribeiro, Francisco de Assis Corrêa, Geraldo Claret de Arantes, Gilson Soares Lemes, Haroldo André Toscano de Oliveira, Hélio Marcos Mioto, Henrique Oswaldo Pinto Marinho, Jacqueline de Souza Toledo, João Cláudio Teodoro, João Ecyr Mota Ferreira, José Alfredo Junger de Souza Vieira, José Augusto Borges, Kenea Márcia Damato Mendonça, Laurem Gomes Tenório Cerezoli, Lauro Sérgio Leal, Leopoldo Mameluque, Lilian Maciel Santos, Luis Eusébio Camuci, Luiz Carlos Cardoso Negrão, Luiz Fernando Rennó Matos, Luiz Flávio Ferreira, Luzia Divina de Paula Peixôto, Marcelo da Cruz Trigueiro, Marco Aurélio Chaves Albuquerque, Marcos Antônio Ferreira, Marcus Vinicius Mendes do Vale, Maria Dolores Giovine Cordovil, Maria José Starling, Marlúcio Teixeira de Carvalho, Maura Angélica de Oliveira Ferreira, Maurício Ferreira Cunha, Michel Curi e Silva, Milton Biagioni Furquim, Moema Miranda Gonçalves, Morvan Rabelo de Rezende, Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, Otávio Batista Lomônaco, Paulo César Augusto de Oliveira Lima, Paulo César Penido Coelho, Paulo Roberto da Silva, Paulo Rogério de Souza Abrantes, Paulo Rubens Salomão Caputo, Paulo Sérgio Ferreira, Raquel de Paula Rocha, Régis Silva Lopes, Ricardo Rodrigues de Lima, Richardson Xavier Brant, Roberto Carlos de Menezes, Rodrigo Moraes Lamounier Parreiras, Rosimere das Graças do Couto, Rowilson Gomes Garcia, Rui de Almeida Magalhães, Sebastião Novato Martins, Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, Simonne Andréa Silva, Wagner de Oliveira Cavalieri, Wander Lage Andrade Júnior e Wilson Duarte Tavares.

DA MAGISTRATURA MINEIRA

TURMA DE SETEMBRO DE 1998



Adilon Claver de Resende, Alanir José Hauck Rabeca, Antônio Augusto Pavel Toledo, Antônio Carneiro da Silva, Armando Domingues Ventura Júnior, Beatriz dos Santos Vailante, Beatriz Junqueira Guimarães, Carlos César de Chechi e Franco Pinto, Cibele Maria Lopes Macedo, Clóvis Silva Neto, Daniel Dourado Pacheco, Dilma Conceição Araújo Duque, Edson Geraldo Ladeira, Fábio Ladeira Amâncio, Fernando Catapano Prince Xavier, Geraldo Luiz Ribeiro, Giovanna Elizabeth Costa de Mello Paiva, Guilherme Sadi, Hermes Gomes Filho, Isaías Caldeira Veloso, Ilson César Damasceno, João Elias da Silveira, José Antônio Maciel, José Arnóbio Amariz de Sousa, José Edair de Oliveira, José Eduardo Junqueira Gonçalves, Lílíane Bastos Dutra, Luiz Carlos Rezende e Santos, Maraíza Francisca Escolástica Maciel Costa, Márcia Heloísa Silveira, Marco Paulo Calazans Guimarães, Maria Aparecida Consentino, Maria Beatriz de Aquino Gariglio, Maria de Fátima Santos Dolabela, Maria Elisa Taglialegra, Maria Isabela Freire Cardoso, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, Maurício Leitão Linhares, Mauro Lucas da Silva, Mauro Pena Rocha, Milton Lívio Lemos Salles, Moema de Carvalho Balbino, Napoleão Rocha Lage, Paulo Gastão de Abreu, Raissa Figueiredo Monte Raso, Raquel Discacciati Bello, Renato Zouain Zupo, Ricardo Bastos Machado, Roberta Araujo de Carvalho Maciel, Rogério Santos Araújo Abreu, Sebastião Pereira dos Santos Neto, Sônia Maria Giordano Costa, Valter Rocha Rúbio, Wagner Aristides Machado da Silva Pereira e Wenderson de Souza Lima.

CLUBE DE BENEFÍCIOS DA AMAGIS

Acesse
www.convenios.amagis.com.br



TURMA DE SETEMBRO DE 2010



Adalberto Cabral da Cunha, Adelmo Bragança de Queiroz, Adriano de Pádua Nakashima, Alessandra Leão Medeiros, Alexandre de Almeida Rocha, Alexandre Verneque Soares, Aline Cristina Modesto da Silva, Aline Martins Stoianov de Campos, Aloysio Libano de Paula Junior, Ana Paula Lobo Pereira de Freitas, Anderson Fábio Nogueira Alves, André Ladeira da Rocha Leão, André Luiz Melo da Cunha, André Ricardo Botasso, Anna Carolina Goulart Martins e Silva, Antonio Fortes de Pádua Neto, Arnon Argolo Matos Rocha, Bruno José Silva Nunes, Carla de Fátima Barreto de Souza, Carlos Henrique Trindade Lourenço dos Santos, César Augusto da Cunha Pinotti, Christiane de Almeida Alvim, Cirlaine Maria Guimarães, Claiton Santos Teixeira, Clarice Bonelli Santos Salgado, Dalmo Luiz Silva Bueno, Daniel Hailey Soares Emiliano, Daniel Marones de Gusmão Campos, Daniel Réche da Motta, Daniele Maciel da Silva, Daniele Viana da Silva, Danielle Louise Rutkowski Dias Engel, Danielle Nunes Pozzer, David Pinter Cardoso, Denes Marcos Vieira, Denise Canêdo Pinto, Diego Teixeira Martinez, Edson Alfredo Sossai Regonini, Eduardo Rabelo Thebit Dolabela, Elisa Eumenia Mattos Machado Penido, Elisa Marco Antonio, Elisandra Alice dos Santos, Elise Silveira dos Santos, Ériton José Sant'Ana Magalhães, Fábio Aurélio Marchello, Fábio Henrique Vieira, Fabrício Dornas Carata, Fabrício Simão da Cunha Araújo, Felipe Teixeira Cancela Jr., Fernanda Chaves Carreira Machado, Fernanda Laraia Rosa, Fernando de Moraes Mourão, Fernando Lamego Sleumer, Gustavo Vargas de Mendonça, Henrique Mendonça Schwartzman, Herilene de Oliveira Andrade, Ivana Fidélis Silveira, João Paulo Santos da Costa Cruz, José Carlos de Matos, José Fernando Ribeiro Carvalho Pinto, Juliana Mendes Pedrosa, Karen Castro dos Montes, Karina Veloso Gangana Tanure, Kellen Cristini de Sales e Souza, Leonardo Cohen Prado, Leonardo Guimarães Moreira, Leonardo Vieira Rocha Damasceno, Marcela Oliveira Decat de Moura, Marcelo Geraldo Lemos, Márcia de Sousa Victoria, Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira, Maria Flávia Albergaria Costa, Maria Jacira Ramos e Silva, Maria Juliana Albergaria dos Santos Costa, Marina de Alcântara Sena, Marina Rodrigues Brant, Maycon Jésus Barcelos, Michel Cristian de Freitas, Mônica Alessandra Machado Gomes, Murilo Silvio de Abreu, Patrícia de Santana Napoleão, Patrícia Narciso Alvarenga, Paulo Eduardo Neves, Pollyanna Lima Neves, Rafael Araújo Torres, Rafael Guimarães Carneiro, Rafael Murad Brumana, Rafael Niepce Verona Pimentel, Rafael Pedri Sampaio, Raphael Ferreira Moreira, Raul Fernando de Oliveira Rodrigues, Reinaldo Daniel Moreira, Roberta Sousa Alcântara, Rodrigo Dias de Castro, Rodrigo Heleno Chaves, Romão Ávila Milhan Junior, Sabrina da Cunha Peixoto Ladeira e Sônia Maria Fernandes Marques.

magistratura EM IMAGENS

1. Cristiana Gualberto, Rosimere do Couto, Ivana Farina, Paula Cunha e Roberta Soares no Seminário Mulheres na Justiça

2. A nora Isabela, o filho Victor Hugo, a esposa Carla e a filha Giovanna na homenagem de despedida do desembargador Moacyr Lobato

3. Maurício Ferreira, Afrânio Vilela, Saulo Versiani e Thiago Gandra na posse do ministro Benedito Gonçalves como diretor-geral da Enfam

4. Vereadores Ciro Pereira e Gabriel Azevedo entregam cidadania honorária de BH ao ministro João Otávio de Noronha e ao filho Otávio

5. Gilberto Diniz (presidente do TCE-MG) e Rosimere do Couto (vice-presidente da Amagis) na entrega do Colar do Mérito TCE-MG a Corrêa Junior (presidente do TJMG)

1



2

FOTO: IZABELA MACHADO



3



4



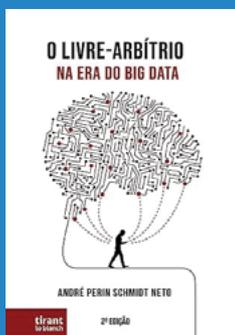
5





FOTO: ROBERT LEAL/TJMG

DESEMBARGADOR FÁBIO TORRES



“O LIVRE ARBÍTRIO NA ERA DO BIG DATA” – De autoria do professor de Direito na UFRGS, André Perin Schmidt Neto, o livro discute a liberdade de escolha na sociedade contemporânea, em que as big datas modificaram as relações de mercado. Até que ponto as escolhas são resultado das liberdades do indivíduo ou de induções feitas por meio de recursos tecnológicos na internet? Qual a responsabilidade do poder público diante dessa realidade?

Até que ponto as escolhas são resultado das liberdades do indivíduo ou de induções feitas por meio de recursos tecnológicos na internet? Qual a responsabilidade do poder público diante dessa realidade?

DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS



“VIDA E DESTINO” – De autoria do escritor e jornalista soviético Vassili Grossman, que esteve no campo de batalha e acompanhou os soldados russos em Stalingrado, o livro é considerado um dos romances mais importantes do século XX, com grande força dramática

sobre a Segunda Guerra. Publicada, no Brasil, pela editora Alfaguara, a obra foi traduzida do russo por Irineu Franco Perpetuo, jornalista brasileiro.

PENSAMENTO

JURÍDICO

TV Justiça no Brasil:
DHT (6),
Embratel (120),
Oi (21),
Sky (167),
Star Sat (27),
Sky (167),
Telefônica (691)

TV Justiça em BH:
Net (7)
Oi (6 e 901)

Horários:
quarta-feira, às 10h (inédito),
quinta-feira, às 13h, e sábado, às 6h e 13h30 (reprises)

NAS TELAS

JUSTIÇA VIA

TV Assembleia:
Net e Oi TV (11)
Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

Horários:
TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h,
(Canais 11, 61.2 ou 35)



MAGISTRADOS HISTORIADORES

Magistrados e magistradas são também um pouco historiadores à medida que os autos de um processo representam fatos históricos. Essa é uma das características que os levam a integrar o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Falaram sobre o tema, os desembargadores Aluízio Alberto da Cruz Quintão e Bruno Terra Dias.

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



CONGRESSO DA MAGISTRATURA

Belo Horizonte foi palco do Congresso da Magistratura Mineira 2024, um dos mais importantes eventos da Classe no Estado. Durante três dias, com mais de 450 participantes, foram debatidos temas de relevância nacional e internacional. O evento foi também uma oportunidade para integração de magistrados e magistradas e o aperfeiçoamento do Judiciário.

SAÚDE MENTAL

Durante o Congresso da Magistratura Mineira 2024, o programa Pensamento Jurídico debateu os desafios para prover a saúde mental. Participaram do programa, a juíza federal Adriana Alves dos Santos Cruz (secretária geral do CNJ) e o juiz de direito, Johnny Gustavo Clemes, vice-diretor da Escola da Magistratura de Rondônia (Emeron). Eles palestraram no encontro.

APOSENTADORIA

A aposentadoria é um momento especial na vida de magistrados e magistradas e pode representar um outro começo. Como a inatividade deve ser vivenciada e como ela pode ser usada a favor de novas oportunidades e novas experiências? Os convidados do programa são a juíza Moema de Carvalho Balbino e o juiz José Aluício Neves da Silva.



TRIBUNAL DO JÚRI

O Via Justiça conversou com o juiz Cleiton Luis Chiodi e o promotor de Justiça Vinícius Alcântara Galvão sobre a oratória no Tribunal do Júri. Quais os estilos de oratória da acusação e da defesa que devem prevalecer? Como convencer os jurados da força das teses apresentadas? O júri pode condenar um inocente? Como evitar que isso aconteça? Assista!

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



MARIA DA PENHA

O Superior Tribunal de Justiça decidiu ser possível a aplicação da Lei Maria da Penha em casos de agressão a mulheres transexuais. Para falar sobre esse tema, participam do Via Justiça o juiz Fabiano Garcia Veronez, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba, no Triângulo Mineiro, e o promotor Rafael Moreno, da mesma Comarca.

PROPAGANDA ENGANOSA

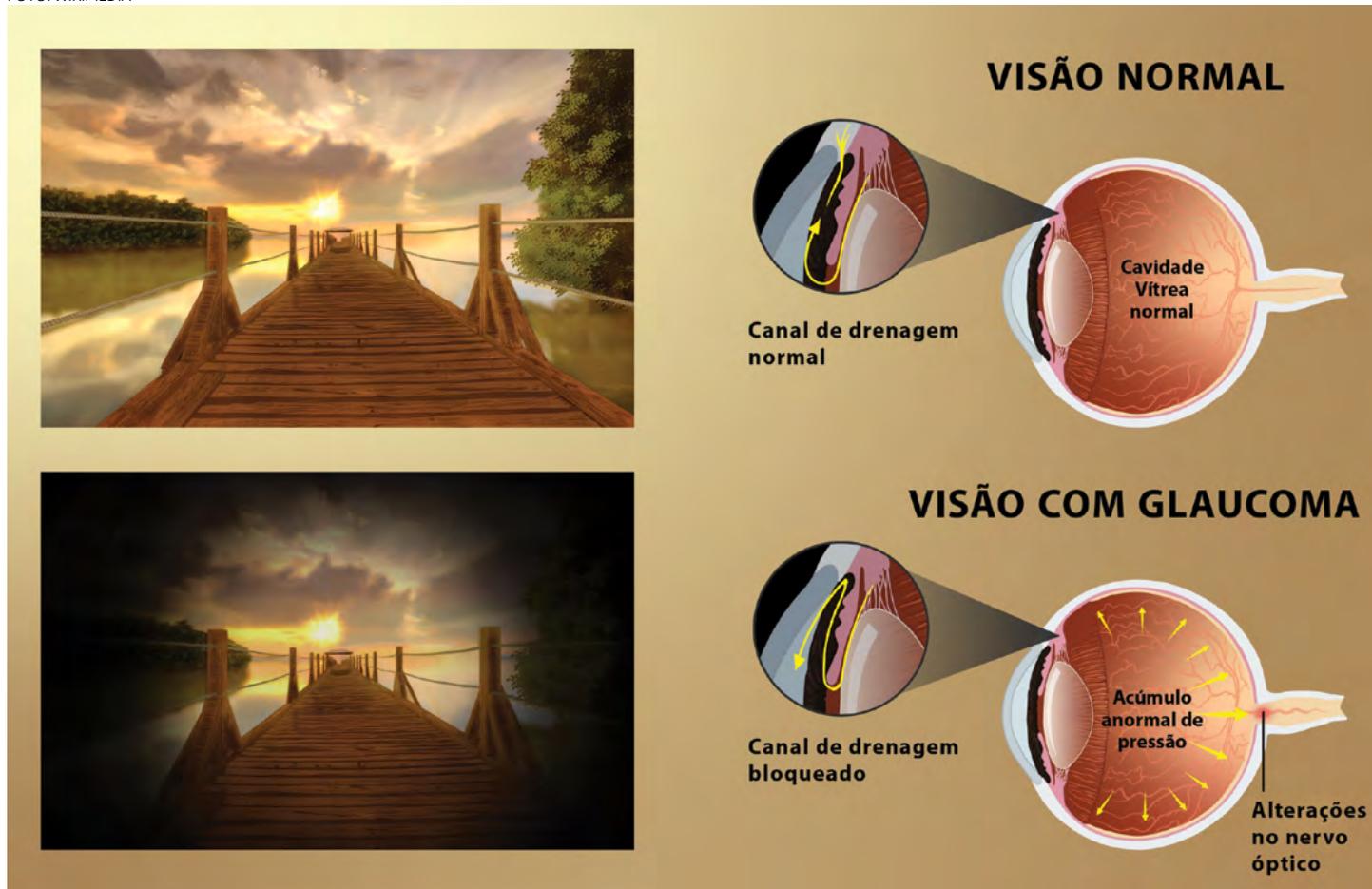
O Senado discutiu recentemente os casos McDonald's e Burger King, que foram denunciados por anunciar produtos que não tinham os ingredientes prometidos. Para explicar como combater a propaganda enganosa, o Via Justiça recebeu o juiz Renzzo Giacomo Ronchi e a advogada Lillian Salgado, presidente do Instituto Defesa Coletiva.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

As práticas restaurativas têm sido cada vez mais utilizadas pelo Judiciário para promover o diálogo, superar os conflitos e resolver os problemas de forma consensual e colaborativa entre as partes. Os convidados do programa são a Flávia Birchal de Moura e o defensor público Rômulo Luis Veloso, ex-integrante do Conselho Penitenciário de Minas Gerais.

Diagnóstico precoce pode evitar a perda da visão por glaucoma

FOTO: WIKIMEDIA



SAÚDE. O glaucoma é uma doença ocular que afeta o nervo óptico e, caso não seja diagnosticado e tratado a tempo, é capaz de causar cegueira. No entanto, o diagnóstico e a terapia precoce podem evitar a perda da visão.

O tipo mais comum do glaucoma é o primário de ângulo aberto (crônico), que corresponde a 80% da doença. Esse tipo não apresenta sintomas no início da doença e não tem cura, mas, na maioria dos casos, pode ser controlada com o tratamento adequado e contínuo. Também há o glaucoma de ângulo fechado (agudo), congênito (infantil) e secundário.

A doença ocorre quando a pressão no interior do olho fica elevada e assim, no decorrer de alguns anos, as fibras nervosas do nervo óptico são danificadas. Quando a pessoa desenvolve o glaucoma, há uma redução do escoamento do “humor aquoso”, líquido que circula no interior do olho. Com essa diminuição, o “humor aquoso” deixa de escoar por uma região denominada ângulo da câmara interior, provocando o aumento da pressão intraocular.

Entre os fatores de risco que favorecem o aparecimento da doença estão, por exemplo, a idade avançada, hipertensão ocular, miopia elevada, hereditariedade, etnia negra ou asiática.

O glaucoma só pode ser detectado por meio de um exame oftalmológico, cuidadoso, no qual o médico faz a medida da pressão intraocular e o exame de fundo do olho. Quando há alguma suspeita, são solicitados exames específicos para o diagnóstico da doença.

O portador de glaucoma que não trata da doença começa a perder a visão periférica (o indivíduo olha para frente e enxerga nitidamente os objetos que estão distantes, porém não vê o que está nas laterais). Seria como se o olho estivesse observando por meio de um tubo. Nos estágios mais avançados, a visão central também é atingida e o glaucoma pode evoluir para cegueira.

(* *NEO Oftalmologia - Vila da Serra. Clínica credenciada à Amagis Saúde*)

Amor à Vida reforça prevenção e bem-estar com medicina integrativa

SAÚDE. A fim de reforçar suas ações de prevenção à saúde e promoção do bem-estar dos beneficiários do plano, o programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, passou a contar, em sua equipe, com o atendimento da médica Ana Maria de Araújo, especialista em Medicina Integrativa.



Ana Maria de Araújo, médica do Amor à Vida

De acordo com a médica, o termo Medicina Integrativa foi adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para designar as ações que incorporam à medicina ocidental convencional e os conhecimentos de racionalidades médicas eficazes, com evidências científicas suficientes para serem usados na conduta terapêutica de um paciente.

A especialista disse que esse ramo da medicina é um recurso de saúde com muitas aplicações, especialmente na prevenção e no tratamento de doenças crônicas relacionadas ao estilo de vida. É também importante no atendimento às pessoas em envelhecimento e na saúde da mulher, com recursos terapêuticos diversos.

“Os cuidados de saúde integrativos muitas vezes reúnem abordagens convencionais e complemen-

tares de forma coordenada. Não quer dizer a retirada de medicamentos prescritos, mas sim integrar outras terapêuticas que favorecem a saúde e o bem-estar, esclareceu Ana Maria.

ESPECIALIDADE

Graduada pela UFMG, Ana Maria é mestre em medicina e biomedicina pela Santa Casa de Belo Horizonte, e tem formação em Medicina Antroposófica pela Seção Médica de Goetheanum, na Suíça, e em Ayurveda pela Wise Earth Ayurveda, nos Estados Unidos.

Conforme a especialista, tanto a medicina Ayurveda quanto a antroposófica privilegiam a abordagem do ser humano como

um todo (corpo, mente e emoções), na escolha terapêutica, usando insumos naturais, abordagem não farmacológicas e orientações conforme a individualidade de cada paciente.

Segundo Ana Maria, o método integrativo favorece a harmonia dos vários sistemas e tecidos corpóreos e o autoconhecimento. “Quando tratamos os desequilíbrios, quando conhecemos um pouco mais sobre o funcionamento de nosso corpo, mente e emoções, e aprendemos formas de lidar com sintomas recorrentes nestas três esferas, podemos mais facilmente voltar a um estado de bem-estar original e prevenir a agravação”, disse.

DICAS DA SAÚDE

AMOR À VIDA: Agendamento e cancelamento de consultas

Como faço para marcar uma consulta no programa Amor à Vida?

O beneficiário da Amagis Saúde pode agendar a consulta por meio do telefone (31) 3079-3472 ou enviar uma mensagem para o número de WhatsApp (31) 99778-3177.

Caso não possa comparecer, como devo proceder?

Caso não possa comparecer no dia e no horário agendado, o paciente deve desmarcar a consulta com antecedência para que outro associado possa ser atendido. O cancelamento pode ser feito tanto pelo telefone quanto pelo WhatsApp do Amor à Vida.

Qual a importância do cancelamento da consulta?

As agendas dos médicos do Amor à Vida são bastante concorridas. Quando um paciente deixa de avisar que não irá comparecer, acaba impedindo que outro beneficiário, que esteja precisando de atendimento, seja atendido.

PLANTÃO TELEFÔNICO FINAIS DE SEMANA E FERIADOS (31) 99977-2860  Notícias da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram (31) 99881-4367



PRESIDENTE: LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE

Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE

Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA

Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:

SEGUNDA INSTÂNCIA

Edison Feital Leite

Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes

Valéria Rodrigues Queiroz

Guilherme Azeredo Passos

JUÍZES DA CAPITAL

Flávia Birchal de Moura

Renato Luiz Faraco

Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUÍZES DO INTERIOR

Elexander Camargos Diniz

Josselma Lopes da Silva Lages

Suplentes

Fabiano Garcia Veronez

Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS

Ana Maria de Oliveira Froes

José Nicolau Masselli

Suplentes

Maura Angélica Ferreira

José Maria dos Reis

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE

Auro Aparecido Maia de Andrade

PROJETO GRÁFICO

Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO

Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO

Imprimaset

**Agora na Amagis Saúde
você conta
com um novo benefício:**

**Pronto Atendimento
Virtual, serviço de
teleconsulta do Hospital
Israelita Albert Einstein.**



**ALBERT EINSTEIN
TELEMEDICINA**

O PA Virtual pode ser utilizado em caso de sintomas comuns, mas que precisam de atenção imediata. O foco é evitar uma ida ao hospital em situações de baixa gravidade.

Veja mais informações e orientações de uso no site da Amagis Saúde:
www.amagissaude.com.br

Acesse aqui



24 horas por dia
e 7 dias por semana



Gratuito - Sem cobrança
de coparticipação



Seja atendido por médicos do Einstein pelo computador ou celular, a qualquer hora do dia e da noite.